www.coachconcursos.com

SIMULADO TJDFT

Analista Judiciário



SIMULADO TJDFT

ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA

PORTUGUÊS

O desejo por igualdade em nossos dias, ensejado pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, marco da modernidade, segundo Axel Honneth, advém de uma busca por autorrespeito. Para Honneth, houve uma conversão de demandas por distribuição igualitária em demandas por mais dignidade e respeito. O autor descreve o campo de ação social como o lócus marcado pela permanente luta entre os sujeitos por conservação e reconhecimento. O conflito, diz ele, força os sujeitos a se reconhecerem mutuamente e impulsiona a criação de uma rede normativa. Quer dizer, o estabelecimento da figura do sujeito de direitos constitui um mínimo necessário para a perpetuação da sociedade, porque é pelo respeito mútuo de suas pretensões legítimas que as pessoas conseguem se relacionar socialmente.

Nesse contexto, a Lei Maria da Penha teria o papel de assegurar o reconhecimento das mulheres em situação de violências (incluída a psicológica) pelo direito; afinal, é constatando as obrigações que temos diante do direito alheio que chegamos a uma compreensão de cada um(a) de nós como sujeitos de direitos. De acordo com Honneth, as demandas por direitos — como aqueles que se referem à igualdade de gênero ou relacionados à orientação sexual —, advindas de um reconhecimento anteriormente denegado, criam conflitos práticos indispensáveis para a mobilidade social.

Isadora Vier Machado. **Da dor no corpo à dor na alma**: uma leitura do conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha. Internet: <http://pct.capes.gov.br> (com adaptações).

A respeito das ideias e dos aspectos linguísticos do texto precedente, julgue os itens a seguir.

1. (CESPE – PGE-PE 2019) Sem prejuízo da correção gramatical do texto, os vocábulos "é" (l.17) e "que" (l.19) poderiam ser suprimidos, desde que fosse inserida uma vírgula imediatamente após a palavra "alheio" (l.18).

2. (CESPE – PGE-PE 2019) A substituição da forma verbal "teria" (l.15) por **tem** manteria tanto a correção gramatical quanto a coerência do texto.

3. (CESPE – PGE-PE 2019) A expressão "Quer dizer" (l.10) introduz uma conclusão a respeito do estabelecimento da figura do sujeito de direitos.

4. (CESPE – PGE-PE 2019) O texto indica que, de acordo com Axel Honneth, o conflito motiva o reconhecimento dos sujeitos de direito, o que é condição básica para a preservação da sociedade.

5. (CESPE – PGE-PE 2019) O desejo de igualdade entre os indivíduos, manifesto a partir da criação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, impulsionou a busca por autorrespeito.

Se observarmos bem, essas ondas longas da história, como as chamava Braudel, tornaram-se cada vez mais curtas. Acabamos de nos recuperar da ultrapassagem da agricultura pela indústria, ocorrida no século XX, e, em menos de um século, um novo salto de época nos tomou de surpresa, lançando-nos na confusão. Dessa vez o salto coincidiu com a rápida passagem de uma sociedade de tipo industrial dominada pelos proprietários das fábricas manufatureiras para uma sociedade de tipo pós-industrial dominada pelos proprietários dos meios de informação.

O fórceps com o qual a recém-nascida sociedade pós-industrial foi extraída do ventre da sociedade industrial anterior é representado pelo progresso científico e tecnológico, pela globalização, pelas guerras mundiais, pelas revoluções proletárias, pelo ensino universal e pelos meios de comunicação de massa. Agindo simultaneamente, esses fenômenos produziram uma avalanche ciclópica — talvez a mais irresistível de toda a história humana — na qual nós, contemporâneos, temos o privilégio e a desventura de estar envolvidos em primeira pessoa.

Ninguém poderia ficar impassível diante de uma mudança dessa envergadura. Por isso a sensação mais difundida é a desorientação.

A nossa desorientação afeta as esferas econômica, familiar, política, sexual, cultural... É um sintoma de crescimento, mas é também um indício de um perigo, porque quem está desorientado sente-se em crise, e quem se sente em crise deixa de projetar o próprio futuro. Se deixarmos de projetar nosso futuro, alguém o projetará para nós, não em função de nossos interesses, mas do seu próprio proveito.

Domenico de Masi. **Alfabeto da sociedade desorientada**: para entender o nosso tempo. Trad. Silvana Cobucci e Federico Carotti. São Paulo: Objetiva, 2017, p. 93-4 (com adaptações).

A respeito dos sentidos e dos aspectos linguísticos do texto CB2A1-I, julgue o item que se segue.

6. (CESPE – PGE-PE 2019) O texto caracteriza-se como dissertativo-argumentativo, devido, entre outros aspectos, à presença de evidências e fatos históricos utilizados para validar a argumentação do autor.



A natureza jamais vai deixar de nos surpreender. As teorias científicas de hoje, das quais somos justamente orgulhosos, serão consideradas brincadeira de criança por futuras gerações de cientistas. Nossos modelos de hoje certamente serão pobres aproximações para os modelos do futuro. No entanto, o trabalho dos cientistas do futuro seria impossível sem o nosso, assim como o nosso teria sido impossível sem o trabalho de Kepler, Galileu ou Newton. Teorias científicas jamais serão a verdade final: elas irão sempre evoluir e mudar, tornando-se progressivamente mais corretas e eficientes, sem chegar nunca a um estado final de perfeição. Novos fenômenos estranhos, inesperados e imprevisíveis irão sempre desafiar nossa imaginação. Assim como nossos antepassados, estaremos sempre buscando compreender o novo. E, a cada passo dessa busca sem fim, compreenderemos um pouco mais sobre nós mesmos e sobre o mundo a nossa volta.

Em graus diferentes, todos fazemos parte dessa aventura, todos podemos compartilhar o êxtase que surge a cada nova descoberta; se não por intermédio de nossas próprias atividades de pesquisa, ao menos ao estudarmos as ideias daqueles que expandiram e expandem as fronteiras do conhecimento com sua criatividade e coragem intelectual. Nesse sentido, você, eu, Heráclito, Copérnico e Einstein somos todos parceiros da mesma dança, todos dançamos com o Universo. É a persistência do mistério que nos inspira a criar.

Marcelo Gleiser. **A dança do universo**: dos mitos de criação ao Big-Bang. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 384-5 (com adaptações).

No que se refere aos aspectos linguísticos do texto 14A15AAA, julgue os itens que seguem.

7. (CESPE – Polícia Federal 2018) Feitos os devidos ajustes de iniciais maiúsculas e minúsculas e de pontuação, a oração "tornando-se progressivamente mais corretas e eficientes" (l. 10 e 11) poderia ser deslocada para o início do período, antes de "Teorias científicas" (l.9), sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos originais do texto.

8. (CESPE – Polícia Federal 2018) Feito o devido ajuste de inicial maiúscula, a locução "É ... que", por ser puramente de realce nesse caso, poderia ser suprimida do trecho "É a persistência do mistério que nos inspira a criar" (l.26), sem comprometer a clareza nem a correção gramatical do texto.

9. (CESPE – Polícia Federal 2018) A substituição do termo "do futuro", em "modelos do futuro" (l. 5 e 6), pelo adjetivo **futuristas** manteria os sentidos originais do texto.

10. (CESPE – Polícia Federal 2018) As expressões "dessa busca sem fim" (l.15) e "dessa aventura" (l. 18 e 19) retomam, por coesão, o mesmo referente: "compreender o novo" (l.15).

11. (CESPE – Polícia Federal 2018) No fragmento "Em graus diferentes, todos fazemos parte dessa aventura, todos podemos compartilhar (...)" (l. 18 e 19) as vírgulas poderiam ser substituídas por travessões, sem prejuízo gramatical para o texto.

12. (CESPE – Polícia Federal 2018) No trecho "se não por intermédio ... intelectual" (l. 20 a 23) as expressões "se não" e "ao menos" poderiam ser substituídas, sem prejuízo para a correção gramatical e os sentidos do texto, por **não só** e **mas também**, respectivamente.

13. (CESPE – Polícia Federal 2018) Conclui-se do texto que as teorias científicas sempre contribuem para a evolução, mas nem sempre permitem apresentar dados precisos, uma vez que a natureza está em constante estado de transformação.

14. (CESPE – Polícia Federal 2018) Para o autor, compreender o novo implica conhecer mais o ser humano e a natureza que o rodeia.

15. (CESPE – Polícia Federal 2018) No último parágrafo, o autor inclui a si mesmo, junto com Kepler, Galileu, Newton, Heráclito, Copérnico e Einstein, entre os cientistas que expandiram as fronteiras do conhecimento.

16. (CESPE – Polícia Federal 2018) Para conferir um tom menos categórico ao trecho "Teorias científicas jamais serão a verdade final" (l.9), poderia utilizar-se a expressão **em tempo nenhum** no lugar de "jamais".

17. (CESPE – Polícia Federal 2018) Dada a sequência lógica do texto, é correto afirmar que os trechos "Novos fenômenos estranhos, inesperados e imprevisíveis irão sempre desafiar nossa imaginação" (l. 12 e 13) e "E, a cada passo dessa busca sem fim, compreenderemos um pouco mais sobre nós mesmos e sobre o mundo a nossa volta" (l. 15 a 17) são usados como argumentos para reforçar a ideia do primeiro período do texto.

18. (CESPE – Polícia Federal 2018) Da afirmação "Nossos modelos de hoje certamente serão pobres aproximações para os modelos do futuro" (l. 4 a 6) deduz-se que os modelos científicos de antigamente têm pouca importância para os estudos atuais.

Raras vezes na história humana, o trabalho, a riqueza, o poder e o saber mudaram simultaneamente. Quando isso ocorre, sobrevêm verdadeiras descontinuidades que marcam época, pedras miliares no caminho da humanidade. A invenção das técnicas para controlar o fogo, o início da agricultura e do pastoreio na Mesopotâmia, a organização da democracia na Grécia, as grandes descobertas científicas e geográficas entre os séculos XII e XVI, o advento da sociedade industrial no século XIX, tudo isso representa saltos de época, que desorientaram gerações inteiras.

Se observarmos bem, essas ondas longas da história, como as chamava Braudel, tornaram-se cada vez mais curtas. Acabamos de nos recuperar da ultrapassagem da agricultura pela indústria, ocorrida no século XX, e, em menos de um século, um novo salto de época nos tomou de surpresa, lançando-nos na confusão. Dessa vez o salto coincidiu com a rápida passagem de uma sociedade de tipo industrial dominada pelos proprietários das fábricas manufatureiras para uma sociedade de tipo pós-industrial dominada pelos proprietários dos meios de informação.

O fórceps com o qual a recém-nascida sociedade pós-industrial foi extraída do ventre da sociedade industrial anterior é representado pelo progresso científico e tecnológico, pela globalização, pelas guerras mundiais, pelas revoluções proletárias, pelo ensino universal e pelos meios de comunicação de massa. Agindo simultaneamente, esses fenômenos produziram uma avalanche ciclópica — talvez a mais irresistível de toda a história humana — na qual nós, contemporâneos, temos o privilégio e a desventura de estar envolvidos em primeira pessoa.

Ninguém poderia ficar impassível diante de uma mudança dessa envergadura. Por isso a sensação mais difundida é a desorientação.

A nossa desorientação afeta as esferas econômica, familiar, política, sexual, cultural... É um sintoma de crescimento, mas é também um indício de um perigo, porque quem está desorientado sente-se em crise, e quem se sente em crise deixa de projetar o próprio futuro. Se deixarmos de projetar nosso futuro, alguém o projetará para nós, não em função de nossos interesses, mas do seu próprio proveito.

Domenico de Masi. **Alfabeto da sociedade desorientada**: para entender o nosso tempo. Trad. Silvana Cobucci e Federico Carotti. São Paulo: Objetiva, 2017, p. 93-4 (com adaptações).

Considerando os mecanismos de coesão e os sentidos do texto CB2A1-I, julgue os itens seguintes.

19. (CESPE – PGE-PE 2019) Na linha 28, a expressão "na qual" refere-se ao termo antecedente "história humana".

20. (CESPE – PGE-PE 2019) Na linha 9, o vocábulo "que" retoma o termo "saltos de época".

21. (CESPE – PGE-PE 2019) A expressão "tudo isso" (l.9) retoma, por coesão, todos os termos que a precedem no período.

22. (CESPE – PGE-PE 2019) A coerência e a correção gramatical do texto seriam preservadas se a forma verbal "mudaram" (l.2) fosse substituída por **mudam**.

23. (CESPE – PGE-PE 2019) Seria mantida a correção gramatical do texto se o trecho "diante de uma mudança" (l. 31 e 32) fosse alterado para **ante a uma mudança**.

24. (CESPE – PGE-PE 2019) O sentido original e a correção gramatical do texto seriam mantidos se a palavra "como" (L.12) fosse substituída por **conforme**.

2 Informo, ainda, que a pauta e os documentos da reunião serão enviados oportunamente.

3 Por fim, solicito, encarecidamente, que seja feito contato com a equipe de apoio deste Ministério para confirmação de sua presença na reunião, por meio do endereço eletrônico ministerio@mp.gov.br.

Atenciosamente,

Considerando que o fragmento de texto apresentado integra parte de uma correspondência oficial, julgue os itens a seguir.

25. (CESPE – STM 2018) O emprego do advérbio encarecidamente é inadequado, visto que prejudica o caráter impessoal que deve ser adotado em textos oficiais.



26. (CESPE – STM 2018) O pronome demonstrativo contido na contração deste refere-se ao órgão ao qual se destina o expediente em questão.

27. (CESPE – STM 2018) Os aspectos estruturais e o tema do texto indicam tratar-se de expediente que segue o padrão ofício, ao passo que o seu fechamento sugere tratar-se de documento destinado a autoridade de mesma hierarquia ou de hierarquia inferior à do remetente.

A respeito de correspondência oficial, julgue os itens seguintes, à luz do **Manual de Redação da Presidência da República.**

28. (CESPE – SEDF 2017) No memorando, o destinatário deve ser mencionado pelo cargo que ocupa.

29. (CESPE – SEDF 2017) Quanto à apresentação, nos documentos que seguem o padrão ofício, devem-se priorizar a utilização de negrito, itálico e letras maiúsculas.

O item subsequente apresenta um trecho de documento oficial, seguido de uma proposta de classificação do documento a que esse trecho pertence. Julgue-os quanto à adequação da proposta de classificação apresentada e à linguagem empregada.

30. (CESPE – SEDF 2017) Foi justificada a ausência dos Conselheiros Fulano e Beltrano porque estavam fora da cidade em férias nas praias do litoral. Também estiveram presentes os convidados, amiguinhos de infância do reitor, que teimaram em conhecer a capital da república e também o funcionamento da Universidade. Esses convidados saudaram os conselheiros e elogiaram o trabalho do reitor à frente da Universidade. Aberta a sessão, o Presidente procedeu rapidamente aos informes. Dando-se início à ordem da pauta, foi analisado o primeiro item. / ATA

INFORMÁTICA

No item seguinte, referente a conceitos de organização e de gerenciamento de informações e segurança da informação, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

31. (CESPE – MPE-PI 2018) Mateus tem em seu computador o Windows 10 e um *firewall* pessoal instalado que funciona corretamente. Nessa situação, embora esteja funcionando corretamente, o *firewall* não é suficiente para conter vírus e(ou) perdas de arquivos devidas a eventual falta de becape.

No item a seguir, é apresentado uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito de noções de sistema operacional.

32. (CESPE – MPE-PI 2018) Foi solicitado a Paulo criptografar um *pendrive*, que contém arquivos sensíveis no sistema operacional Windows 10, de modo a proteger os dados desse dispositivo contra ameaças de roubo. Nessa situação, uma das formas de atender a essa solicitação é, por exemplo, utilizar a criptografia de unidade de disco BitLocker, um recurso de proteção de dados nesse sistema operacional.

Julgue o próximo item, a respeito de becape em estações de trabalho Windows.

33. (CESPE – STJ 2018) O Windows 10 permite que o usuário configure as opções de becape para um disco de rede. Assim, o becape copia, para o local definido, todo o conteúdo da pasta C:\Users\<username>, em que <username> equivale ao nome do usuário que configurou o becape.

Com relação a informática, julgue o item que se segue.

34. (CESPE – INSS 2018) A ferramenta OneDrive do Windows 10 é destinada à navegação em páginas *web* por meio de um *browser* interativo.

A respeito de redes de computadores, julgue o item que segue.

35. (CESPE – PGE-PE 2019) Entre os delimitadores de pesquisa pelo Google, o comando *filetype:pdf* delimita a busca apenas de arquivos no formato PDF.

Julgue os itens subsequentes, a respeito de conceitos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet.

36. (CESPE – PRF 2018) Por meio de uma aplicação de acesso remoto, um computador é capaz de acessar e controlar outro computador, independentemente da distância física entre eles, desde que ambos os computadores estejam conectados à Internet.

37. (CESPE – PRF 2018) As versões mais modernas dos navegadores Chrome, Firefox e Edge reconhecem e suportam, em instalação padrão, os protocolos de Internet FTP, SMTP e NNTP, os quais implementam, respectivamente, aplicações de transferência de arquivos, correio eletrônico e compartilhamento de notícias.

Com relação aos protocolos web e ao navegador Mozilla Firefox em sua versão mais atual, julgue os itens seguintes.

38. (CESPE – BNB 2018) Diferentemente do SMTP, o protocolo IMAP permite que sejam utilizadas aplicações de acesso a terminal, como o Telnet.

39. (CESPE – BNB 2018) Instruções típicas como USER e PASS são permitidas pelo protocolo POP

APRESENTAÇÃO DO MÉTODO

Fala servidor, tudo bem?

Irei explicar como funciona o método que vem nomeando vários de nossos alunos entre os primeiros lugares com uma média de estudos de apenas de 06 meses.
A primeira coisa que faço no acompanhamento é enviar a você um questionário detalhado para que eu possa fazer o levantamento do seu perfil, podendo assim definir a melhor estratégia e saber quais concursos matematicamente você tem condições reais de ser nomeado.
Logo em seguida definirei uma linha de 05 concursos, com matérias semelhantes, para que possamos aumentar suas chances de aprovação, até mesmo porque existe uma estatística que comprova que a soma das nove principais matérias do seu edital é suficiente para garantir a sua nomeação.
Um exemplo disso é o último concurso do TJDFT, por exemplo, as matérias de DIR. CONST., DIR. ADM., DIR. PENAL, PROC. PENAL, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL, somavam juntas 72 pontos de uma prova de 120 questões, sendo que a nota de corte foi 62 pontos, ou seja, se eu estudasse apenas essas seis matérias a ponto de não errar quase nenhuma questão eu passaria nesse concurso, agora se acrescento as matérias de Gramática e Informática, a soma dessas oitos matérias darão um total de 95 pontos, sendo que a nota do primeiro lugar foi 89, ou seja, estudando apenas essas oito matérias eu não só conseguiria ser nomeado como também alcançaria uma excelente classificação.
Por isso que vou enviar a você uma planilha comparativa dos seus certames para que possa identificar quais são essas matérias chaves.
Outro fator do nosso sucesso é a definição de cursos específicos em cada etapa do nosso cronograma, na verdade a partir do momento que você se tornar o nosso aluno não tomará mais nenhuma decisão sozinho eu definirei toda sua vida na área de concurso.
Dentro deste processo você receberá também a estatística completa do seu concurso e da sua banca examinadora, dividida em 03 partes.
1) A primeira parte vem com a Estatística do seu concurso, que define quais são as 09 principais matérias a serem estudadas e qual a relevância matemática de cada uma delas para sua prova.
2) A segunda parte é a estatística da importância de cada tópico do seu edital.
3) E a terceira parte traz a Estatística detalhada de quais os tópicos que serão cobrados no seu próximo certame, haja vista, que de 30 a 70% da sua próxima prova independente de qual seja terá matéria repetida.
Um exemplo claro disso é matéria de Direito Administrativo, por exemplo, os assuntos: Atos, Bens, Responsabilidade e Adm. Indireta juntos representam uma média de 60 a 80% do que é cobrado nas bancas examinadoras.
Para que seja feita uma preparação profissional você receberá um cronograma estrategicamente montado - baseado em estatísticas, personalizado e individualizado - fazendo assim com que garanta, matematicamente, sua nomeação;
Seu cronograma é tão detalhado que eu saberei o que, como e quantas horas você estudará cada tópico do seu edital daqui a cinco meses.
Dentro desse cronograma utilizaremos 10 técnicas altamente eficazes que irão acelerar seus estudos, sendo que dentre essas 08 foram desenvolvidas por mim.
Umas das técnicas é a ELT (Eliminação de Leitura de Texto), com essa técnica ao invés de ler 500 palavras por página você irá ler apenas 50 e terá o mesmo entendimento, ou seja, só com essa técnica eu aumentarei de 6 a 10x o seu poder de leitura.
Aprenderá estratégias altamente eficazes de provas do Cespe e das Bancas de Múltiplas Escolhas;
Receberá simulados diários;
Será cobrado diariamente, por um membro da nossa equipe, sobre as questões feitas e as metas realizadas, para que assim não perca de forma alguma o seu foco.
Terá uma conversa individual 2x por semana com nossa equipe – Na segunda a coordenadora irá conversar com você sobre as metas da semana e na sexta conversaremos sobre os seus pareceres técnicos e sua ficha de evolução;
Para lhe ajudar vou ficar disponível para você 24h por dia;
Receberá áudios individuais e gravados pela nossa equipe toda semana sobre a evolução dos seus estudos;
Receberá 03 simulados de 300 itens com parecer técnico detalhado por assunto ao término de cada etapa;
Terá aulas ao vivo e online comigo quinzenalmente sobre tudo que você precisa saber para ser aprovado. Na verdade, apenas essas aulas são em turma, pois tudo que te expliquei até aqui faz parte do seu acompanhamento individual.
Receberá cursos completos sobre: Inteligência Emocional, Autossabotagem, Crenças Limitantes, Ciclo da desistência, Ciclo da motivação, entre outros;
Revisará todo seu edital 02 vezes por semana, estudará 96 vezes cada matéria do seu certame, irá estudar também 63 vezes cada tópico do seu edital, fará 160 redações e irá fazer 25 mil questões da sua banca examinadora;

Desta forma eu conseguirei garantir, matematicamente, a sua nomeação.

CURSO INTRODUTÓRIO

Antes de definir o seu objetivo e sua vida no universo dos concursos eu irei lhe ensinar a pensar racional e estrategicamente, irei liberar por 10 dias 09 aulas com duração de 01 hora cada uma, para que saiba qual o melhor caminho a seguir.

Você irá preencher 09 questionários e só aí enviarei a você um questionário individual e com todas essas informações em mãos eu iremos conversar INDIVIDUALMENTE e juntos definiremos qual melhor linha de concursos a seguir.

O objetivo disso tudo é escolher um caminho certo e que faça com que você atinja a sua nomeação rapidamente.

Veja o exemplo da das aulas da turma de fevereiro de 2019:

Passo a passo do Curso Introdutório:

1) Cálculo Matemático - 11/02/2019;
2)Assimilação cíclica - 12/02/2019;
3) Seu Cérebro. - 13/02/2019;
4) Linha de Concursos - 14/02/2019;
5) 09 principais Matérias - 15/02/2019;
6) QTD. De Horas. - 18/02/2019;
7) Como responder questões - 19/02/2019;
8) Quando fazer redações - 20/02/2019;
9) curva do esquecimento - 21/02/2019;

VEJA UM GRANDE DIFERENCIAL EM NOSSO ACOMPANHAMENTO

Além de ficar disponível 24h por dia 07 dias da semana para juntos conquistarmos a sua nomeação a minha equipe terá um contato muito intenso contigo. Conforme vou lhe mostrar abaixo:

A nossa Consultora Administrativa irá cobrar TODOS OS DIAS se você bateu ou não a sua meta.
Ela também irá lhe enviar um simulado diário.

FORA ISSO;
A nossa Coordenadora irá conversar com você:

NA SEGUNDA – Sobre metas batidas.
Ou ela vai lhe elogiar, por ter batido a meta, ou irá brigar com você, literalmente, por não ter batido.

NA QUARTA – Vai chamar você para ter uma conversa sobre seu lado emocional, saber como você anda, sobre seus problemas, isso tudo porque queremos que saiba que você não está sozinho e pode contar conosco. JUNTOS IREMOS CONQUISTAR A SUA NOMEAÇÃO!

NA SEXTA- Acontecerá a conversa mais importante da semana. Sobre seu parecer técnico.
Onde analisaremos matéria por matéria assunto por assunto tudo que vc está errando ou acertando.
Gravaremos vários áudios todas as sextas, eliminado todas as suas falhas.

Julgue o item subsequente, relativo a redes de computadores.

40. (CESPE – Polícia Federal 2018) As redes de computadores podem ser classificadas, pela sua abrangência, em LAN (*local area network*), MAN (*metropolitan area network*), e WAN (*wide area network*).

A respeito de computação em nuvem, julgue o próximo item.

41. (CESPE – PRF 2018) A computação em nuvem do tipo *software as a service* (SaaS) possibilita que o usuário acesse aplicativos e serviços de qualquer local usando um computador conectado à Internet.

Julgue o item seguinte, a respeito da versão mais atual do programa de navegação Chrome e dos mecanismos de busca avançada no Google.

42. (CESPE – FUB 2018) Em uma pesquisa por meio do Google, o uso da expressão "concurso fub" -"nível médio", incluindo as aspas duplas, permite encontrar informações somente dos concursos de nível médio da FUB que estiverem disponíveis na Internet.

Julgue os itens seguintes, relativo ao programa de navegação Internet Explorer 11 e aos mecanismos de busca avançada no Google.

43. (CESPE – FUB 2018) O mecanismo de busca do Google permite encontrar imagens com base em diversos filtros, como, por exemplo, o tamanho e o tipo da imagem; contudo, não é possível pesquisar imagens por meio de sua(s) cor(es).

44. (CESPE – FUB 2018) Na realização de pesquisa por meio do Google, o uso do termo info:www.unb.br permite a obtenção de detalhes sobre o sítio eletrônico da UnB.

Julgue os itens seguintes, a respeito da versão mais atual do programa de navegação Chrome e dos mecanismos de busca avançada no Google.

45. (CESPE – FUB 2018) Embora o Google possua diversos recursos para filtrar resultados de pesquisas, não é possível encontrar uma imagem em um sítio ou domínio específico.

46. (CESPE – FUB 2018) No navegador Chrome, se a opção de sincronização estiver ativada, informações como favoritos, históricos e senhas serão salvas na conta do Google do usuário e poderão ser recuperadas, se necessário.

47. (CESPE – FUB 2018) A limpeza do histórico de navegação do Chrome implica a exclusão, da página Histórico, dos endereços da Web visitados, e também não serão mais exibidas as previsões da barra de endereço dos sítios visitados.

Acerca do sistema operacional Linux, do gerenciador de arquivos Windows Explorer e do Microsoft Excel 2010, julgue o item subsequente.

48. (CESPE – FUB 2018) No Windows Explorer, por meio de opções disponibilizadas ao se clicar o botão Organizar, é possível copiar, colar e recortar itens selecionados, e também realizar modificação do leiaute de exibição da seção.



Julgue o próximo item, relativo a conceitos de informática e ao sistema operacional Windows 8.

49. (CESPE – TRF - 1º REGIÃO 2017) No Windows 8, apenas os arquivos localizados nas pastas Documentos, Músicas, Imagens, Vídeos e Área de Trabalho e os arquivos do OneDrive disponíveis *offline* no computador podem ser copiados pelo Histórico de Arquivos.

A respeito dos conceitos de organização, de segurança e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas, julgue os itens a seguir.

50. (CESPE – SEDF 2017) Em geral, o tempo de duração para se transferir um arquivo compactado de um computador para outro ou para um dispositivo qualquer de armazenamento é superior ao tempo de transferência dos arquivos descompactados.

51. (CESPE – SEDF 2017) O tipo de um arquivo armazenado em disco e já definido não poderá ser alterado.

52. (CESPE – SEDF 2017) O programa Otimizar unidades, do Windows 8.1, além de organizar os arquivos no

disco, tem o objetivo de melhorar o desempenho desse dispositivo de armazenamento.

Acerca de sítios de busca e pesquisa na Internet, de gerenciamento de arquivos e de aplicativos para segurança, julgue o item subsequente.

53. (CESPE – FUB 2016) Os arquivos ocultos são arquivos de sistemas que só podem ser manipulados pelo Windows 8; por sua vez, os arquivos de usuários não podem ser configurados como ocultos a fim de evitar que usuário não autorizado os visualize.

Com relação aos conceitos de organização e gerenciamento de informações e arquivos, julgue o item seguinte.

54. (CESPE – Câmara dos Deputados 2012) No Windows, todos os arquivos ficam dentro de pastas, inclusive o diretório raiz das unidades de disco, que fica dentro de uma pasta denominada pasta raiz.

Acerca de proteção e segurança da informação, julgue o seguinte item.

55. (CESPE – PRF 2019) No acesso a uma página *web* que contenha o código de um vírus de *script*, pode ocorrer a execução automática desse vírus, conforme as configurações do navegador.

Acerca de pesquisas na Web e de vírus e ataques a computadores, julgue os itens subsequentes.

56. (CESPE – BNB 2018) Se um *rootkit* for removido de um sistema operacional, esse sistema não voltará à sua condição original, pois as mudanças nele implementadas pelo *rootkit* permanecerão ativas.

57. (CESPE – BNB 2018) Entre as categorias de antivírus disponíveis gratuitamente, a mais confiável e eficiente é o *scareware*, pois os antivírus dessa categoria fazem uma varredura nos arquivos e são capazes de remover 99% dos vírus existentes

Nos itens seguintes, referente a conceitos de organização e de gerenciamento de informações e segurança da informação, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

58. (CESPE – MPE-PI 2018) Mateus tem em seu computador o Windows 10 e um *firewall* pessoal instalado que funciona corretamente. Nessa situação, embora esteja funcionando corretamente, o *firewall* não é suficiente para conter vírus e(ou) perdas de arquivos devidas a eventual falta de becape.

No item a seguir, concernente a redes de computadores, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

59. (CESPE – MPE-PI 2018) Ao acessar o sítio http://wwws.simp.mppi.mp.br/ para efetuar uma pesquisa sobre peças processuais, um usuário ficou em dúvida se deveria informar dados sigilosos. Nessa situação, a dúvida do usuário é improcedente, pois o fato de o sítio possuir um s (de *secure*) no endereço, especificamente em wwws., significa que todo acesso a esse sítio é seguro, uma vez que os dados trafegados entre o computador do usuário e o servidor são criptografados.

No item a seguir, é apresentado uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito de noções de sistema operacional.



60. (CESPE – MPE-PI 2018) Foi solicitado a Paulo criptografar um *pendrive*, que contém arquivos sensíveis no sistema operacional Windows 10, de modo a proteger os dados desse dispositivo contra ameaças de roubo. Nessa situação, uma das formas de atender a essa solicitação é, por exemplo, utilizar a criptografia de unidade de disco BitLocker, um recurso de proteção de dados nesse sistema operacional.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

A respeito de ética no serviço público, julgue o item a seguir.

61. (CESPE – PRF 2019) Servidor público que se apresenta habitualmente embriagado no serviço ou até mesmo fora dele poderá ser submetido à Comissão de Ética, a qual poderá aplicar-lhe a pena de censura.

Acerca de ética e trabalho, julgue os itens subsequentes.

.

62. (CESPE – CNJ 2013) Um dos dilemas dos servidores na escala inferior de uma organização é o fato de terem de compensar, muitas vezes sem dispor de todos os meios necessários, os efeitos e a carência da lógica de mercado.

63. (CESPE – CNJ 2013) A comissão de ética dos órgãos e entidades da administração pública tem por finalidade orientar e aconselhar sobre ética profissional e, nos casos necessários, aplicar a pena de censura.

64. (CESPE – CNJ 2013) No mundo do trabalho, frequentemente não se percebe a origem cultural dos valores éticos, do senso e da consciência moral que impõe um tipo de conduta ao profissional, podendo falar-se mesmo em uma atuação ideológica no que se refere à naturalização dos valores.

Visto que a virtude se relaciona com paixões e ações, e é às paixões e ações voluntárias que se dispensa louvor e censura, enquanto as involuntárias merecem perdão e às vezes piedade, é talvez necessário a quem estuda a natureza da virtude distinguir o voluntário do involuntário. Tal distinção terá também utilidade para o legislador no que tange à distribuição de honras e castigos. São, pois, consideradas involuntárias aquelas coisas que ocorrem sob compulsão ou por ignorância; e é compulsório ou forçado aquilo cujo princípio motor se encontra fora de nós e para o qual em nada contribui a pessoa que age e que sente a paixão — por exemplo, se tal pessoa fosse levada a alguma parte pelo vento ou por homens que dela se houvessem apoderado.

(...)

No que tange a dar ou receber dinheiro, a mediania é a generosidade; o excesso é a prodigalidade, e a deficiência, a mesquinhez, mas o indivíduo pródigo e o mesquinho são excessivos e carentes de maneiras opostas entre si; o pródigo se excede em dar e é deficiente em obter, enquanto o mesquinho se excede em obter e é deficiente em dar.

Aristóteles. **Ética a Nicômaco.** *In*: **Os pensadores**. (Org.) José A. M. Pessanha. 4.ª ed. Vol. 2. São Paulo: Nova Cultural, 1991 (com adaptações).

A partir do fragmento de texto antecedente, julgue os itens a seguir.

65. (CESPE – MPU 2018) Segundo Aristóteles, a prodigalidade e a mesquinhez correspondem a vícios, marcados pelo excesso e pela falta respectivamente, ao passo que a generosidade corresponde a uma virtude a ser buscada voluntariamente para se encontrar a mediania.

66. (CESPE – MPU 2018) Conforme a ética aristotélica, o meio-termo deve ser buscado por todas as pessoas como principal caminho para uma vida virtuosa, tanto nas ações como nas paixões humanas, a fim de se equilibrarem os vícios, tanto os decorrentes do excesso como aqueles que resultam da falta.

67. (CESPE – MPU 2018) Constatar a dificuldade em ser bom é uma questão ética que constitui uma condição para que as pessoas recorram ao juiz, pois a natureza de seu trabalho é a bondade.

A respeito da ética, da moral, de valores e democracia, julgue os itens a seguir.

68. (CESPE – MPE-PI 2018) Além de demandar a obediência a valores e normas de conduta, a solução dos problemas éticos na administração pública requer um padrão transparente e previsível de procedimentos.

69. (CESPE – MPE-PI 2018) O pretorianismo é considerado um fator que favorece a democracia, por garantir o exercício da cidadania.

70. (CESPE – MPE-PI 2018) Moral, vocábulo herdado do latim, e ética, do grego, identificam conceitos que exprimem um conjunto de regras de conduta que se espera que sejam adotadas.

Com relação aos princípios e aos valores éticos e morais no serviço público, julgue os seguintes itens.

71. (CESPE – MPE-PI 2018) O servidor público poderá abrir mão do elemento ético de sua conduta quando, no exercício de sua função, determinada situação exigir rapidez e celeridade.

72. (CESPE – MPE-PI 2018) As ações éticas são aquelas realizadas racionalmente pelo ser humano em busca do bem, à luz de princípios morais, e que podem enunciar normas do dever ser de determinados grupos sociais em seus diferentes contextos, para atingir fins morais.

Julgue o item seguinte, a respeito da organização do Estado e da administração pública.

73. (CESPE – IPHAN 2018) No serviço público, o princípio da moralidade refere-se ao elemento ético de conduta, o que exige do servidor, entre outros aspectos, decidir entre o conveniente e o inconveniente, enquanto o princípio da eficiência exige o direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum.

Julgue os seguintes itens, a respeito da ética no serviço público.

74. (CESPE – EBSERH 2018) A ausência injustificada de um servidor público ao seu local de trabalho constitui fator de desmoralização do serviço público.

75. (CESPE – EBSERH 2018) O uso do cargo ou função pública para obter favorecimento, desde que não haja prejuízo a outrem, não constitui afronta à ética e à moral do serviço público.

76. (CESPE – EBSERH 2018) O servidor que alegar desconhecimento de alguma norma de serviço ou legislação inerente ao órgão em que atua contrariará os preceitos fundamentais de ética do setor público.

77. (CESPE – EBSERH 2018) A comissão de ética de um órgão, caso todos os seus integrantes estejam de acordo, pode aplicar penas que vão desde a censura até a demissão de um servidor.

78. (CESPE – EBSERH 2018) Apesar de a função pública ser tida como exercício profissional, ela não se integra à vida particular do indivíduo e, portanto, os atos praticados em sua vida privada não poderão acrescer ou diminuir o seu conceito na vida funcional.

Com relação à administração pública, julgue o item que se segue.

79. (CESPE – FUB 2016) Para exercer a responsabilidade ética, os administradores públicos devem agir com transparência na prestação de suas contas.
Acerca da ética no serviço público, julgue o item a seguir.

80. (CESPE – ANVISA 2016) Por ser o Brasil um Estado democrático de direito, princípios éticos não podem ser utilizados como instrumento de interpretação da CF e das leis.

A respeito de ética no serviço público, julgue os itens a seguir.

81. (CESPE – PRF 2019) Servidor público que, no exercício da função pública, desviar outro servidor para atender a seu interesse particular, ou, movido pelo espírito de solidariedade, for conivente com prática como esta, poderá ser submetido à Comissão de Ética.

82. (CESPE – PRF 2019) No estrito exercício de sua função, o servidor público deve nortear-se por primados maiores — como a consciência dos princípios morais, o zelo e a eficácia —; fora dessa função, porém, por estar diante de situação particular, não está obrigado a agir conforme tais primados.

83. (CESPE – PRF 2019) Na administração pública, moralidade restringe-se à distinção entre o bem e o mal: o servidor público nunca poderá desprezar o elemento ético de sua conduta.

Considerando as disposições do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens a seguir, relativo à ética e à moral no serviço público.



84. (CESPE – FUB 2018) A Comissão de Ética poderá aplicar pena de demissão ao servidor público que atentar contra a ética, desde que haja a devida motivação para o ato.

85. (CESPE – FUB 2018) Diante de uma situação urgente de escolha que exija do servidor público o cumprimento dos deveres fundamentais de rapidez e rendimento, ele deverá optar pela conduta legal, justa e conveniente, podendo desconsiderar o elemento ético, a fim de atender com maior efetividade ao interesse público.

No que se refere a ética no serviço público, julgue os próximos itens, com base no Decreto n.º 1.171/1994 — Código de Ética Profissional do Serviço Público.

86. (CESPE – MPU 2018) Constitui dever fundamental do servidor público abster-se de exercer sua função com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observadas as formalidades legais.

87. (CESPE – MPU 2018) Uma das regras deontológicas que regem a conduta dos servidores públicos federais é o espírito de solidariedade, conforme o qual se espera que o servidor seja complacente em caso de erro ou infração, pois a superação de falhas representa uma oportunidade para o engrandecimento profissional dos servidores públicos.

88. (CESPE – MPU 2018) Não descumpre o dever de respeito à hierarquia o servidor que denunciar pressões de superiores hierárquicos que visem obter vantagens indevidas.

Com base no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os itens a seguir.

89. (CESPE – IPHAN 2018) É proibido ao servidor público utilizar de notícia obtida em razão do exercício de suas funções em proveito próprio ou de terceiros.

90. (CESPE – IPHAN 2018) O servidor deve respeitar a hierarquia e não contrariar ordens de seu superior, ainda que estas estejam em desconformidade com os princípios norteadores da administração pública.

ATUALIDADES

Acerca de temas da atualidade que envolvem o Brasil e o mundo, julgue os itens seguintes.

91. (CESPE – PGE-PE 2019) Com a participação no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, o Brasil firmou importantes acordos bilaterais com países estratégicos.

92. (CESPE – PGE-PE 2019) Uma questão preocupante para o governo britânico com relação à concretização do Brexit é a fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda.

93. (CESPE – PGE-PE 2019) As práticas sociais na atualidade são totalmente direcionadas pela comunicação nas redes sociais, que proporcionam amplo debate e favorecem o consenso sobre temas relevantes à maioria da população.

94. (CESPE – PGE-PE 2019) O fato de os países árabes serem grandes importadores de produtos da cadeia produtiva do agronegócio brasileiro pode influenciar a política externa brasileira relativa ao Oriente Médio.

95. (CESPE – PGE-PE 2019) A atual flexibilização de regras nas relações de trabalho, a exemplo de questões relativas a terceirização, jornada, férias e remuneração, foi resultado de projetos aprovados pelo Congresso Nacional com a reforma trabalhista.

96. (CESPE – PGE-PE 2019) Dados atuais acerca da segurança pública no Brasil mostram quadro quantitativo de mortes violentas intencionais por ano similar à média de mortes anuais na guerra na Síria.

A história do território brasileiro é, a um só tempo, una e diversa, pois é também a soma e a síntese das histórias de suas regiões. De um ponto de vista genético, as variáveis do espaço brasileiro são assincrônicas, mas em cada lugar elas funcionam sincronicamente e tendem a ser assim também quanto ao todo. Daí as descontinuidades que permitiram explicar as diversidades regionais.

Milton Santos e Maria Silveira. **Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Record, 2005, p. 23 (com adaptações).

Tendo como referência o texto antecedente, julgue os itens que seguem, acerca dos fenômenos políticos, econômicos e sociais atuais no Brasil.

97. (CESPE – PGE-PE 2019) A desigualdade de renda no Brasil, entre outras questões, é alimentada pelos impostos que incidem sobre a produção e o consumo: essa modalidade faz que a população menos abastada de capital acabe pagando, proporcionalmente, mais impostos.

98. (CESPE – PGE-PE 2019) A recente descentralização industrial brasileira é explicada e entendida por intermédio das relações bilaterais e do fortalecimento do MERCOSUL.

O Oriente Médio é a região de confluência de três continentes (Europa, Ásia e África), berço das primeiras civilizações (egípcia, suméria e babilônica) e das religiões monoteístas (cristianismo, judaísmo e islamismo). Além de rivalidades interimperialistas no passado, com tentativas tardias de renascimento e modernização, a região foi alvo de rivalidades também das megacorporações petrolíferas. Além disso, em pequenos Estados fracos — de fácil controle —, essa região foi afetada pela fragmentação promovida pelos ingleses e, em menor escala, pelos franceses. No século XXI, voltou a ser palco de disputas entre potências industrializadas do Atlântico Norte e em acelerada industrialização da Ásia Oriental e Meridional. Esse conjunto de países abrange o essencial do mundo árabe e muçulmano, interagindo em um único cenário histórico e geopolítico.
Paulo Fagundes Visentini. **O grande Oriente Médio**. Campus, 2014, p. 4-5 (com adaptações).

Tendo como referência o assunto abordado no texto, julgue os itens a seguir, dentro de um contexto geopolítico contemporâneo.

99. (CESPE – PGE-PE 2019) A aliança estratégica de Washington com Riad e de Moscou com Damasco contribui para o aumento da tensão geopolítica no Oriente Médio entre os EUA e a Rússia.

100. (CESPE – PGE-PE 2019) A estabilidade da governabilidade venezuelana tem como resultado a legitimidade do poder social de oposição.

101. (CESPE – PGE-PE 2019) A finalidade do alinhamento irrestrito entre os Estados islâmicos da Arábia Saudita e do Irã é o combate ao Estado israelense.

102. (CESPE – PGE-PE 2019) A instabilidade vivida no Iraque, na Síria e na Jordânia tem causado o avanço territorial do grupo extremista Estado islâmico no Oriente Médio.

103. (CESPE – PGE-PE 2019) O reconhecimento pelos EUA de Jerusalém como capital de Israel gerou aumento imediato da tensão e de mortes entre judeus e palestinos.

104. (CESPE – PGE-PE 2019) Em meio à tensão que envolve a guerra na Síria, o Estado iraniano é um dos principais apoiadores do regime de Bashar al-Assad.

As fontes de energia, os transportes e as telecomunicações constituem três elementos básicos da infraestrutura econômica — e, em particular, industrial — de um país. São condições para a sua modernização e, ao mesmo tempo, indicadores de desenvolvimento e da sustentabilidade ambiental.

José William Vesentini. **Geografia: o mundo em construção**. Ática, v. 2, 2013, p. 41 (com adaptações).

Acerca do assunto abordado nesse fragmento de texto, bem como de múltiplos aspectos a ele relacionados, julgue os itens a seguir.

105. (CESPE – FUB 2018) Apesar do vasto litoral brasileiro, a navegação de cabotagem ainda é de insignificante relevância na matriz hidroviária de cargas no país.

106. (CESPE – FUB 2018) Comparada à de outros países, a matriz energética brasileira é a mais diversificada e favorável ao desenvolvimento sustentável, por fazer uso de muitas fontes renováveis.

Acerca de temas diversos da atualidade, julgue os próximos itens.

107. (CESPE – FUB 2018) A retirada dos Estados Unidos da América do acordo nuclear com o Irã tem influência direta na geopolítica do Oriente Médio.

108. (CESPE – FUB 2018) A parceria de países da América Latina com a China faz parte da geopolítica de aumento da influência desse país asiático no cenário internacional.



109. (CESPE – FUB 2018) O *Brexit*, que preparou a saída do Reino Unido da União Europeia, foi finalizado dentro da normalidade democrática.

110. (CESPE – FUB 2018) Atualmente, o massivo investimento em ciência e tecnologia tem feito o setor secundário do Brasil desempenhar papel de grande destaque no produto interno bruto nacional, que, atualmente, está entre os dez maiores do mundo.

111. (CESPE – FUB 2018) No Brasil, o significativo crescimento da produção de grãos fez que o país se tornasse o segundo maior produtor de soja do planeta.

112. (CESPE – FUB 2018) No contexto econômico das relações internacionais contemporâneas, o Brasil se destaca na produção e exportação de *commodities*.

113. (CESPE – FUB 2018) Brasília, como importante cidade administrativa e sede do poder federal, influencia diretamente municípios dos estados de Goiás e de Minas Gerais.

114. (CESPE – FUB 2018) Embora tenha sido criada em um momento de instabilidade política no âmbito federal, a Universidade de Brasília sempre se manteve estável e livre de interferências políticas.

Líderes coreanos encerram cúpula em 'montanha sagrada' na Coreia do Norte

O presidente sul-coreano Moon Jae-in realizou, nesta quinta-feira, 20 de setembro, um desejo anunciado em abril deste ano quando encontrou Kim Jong-un pela primeira vez: visitar o Monte Paektu, vulcão considerado sagrado na Coreia do Norte. Os dois líderes reuniram-se no local no último dia da cúpula intercoreana realizada na mesma semana em Pyongyang.

O Estado de S.Paulo, 20/9/2018 (com adaptações)

Tendo o texto precedente como referência, julgue os itens a seguir, a respeito das relações internacionais e de possíveis desdobramentos contemporâneos que envolvam a Coreia do Sul e a Coreia do Norte.

115. (CESPE – BNB 2018) Encontro entre Donald Trump e Kim Jong-un, em 2018, gerou, pela primeira vez na história, um acordo de cooperação entre os Estados Unidos da América e a Coreia do Norte.

116. (CESPE – BNB 2018) A diplomacia da Coreia do Norte tem posição de destaque no mundo, em razão de sua longa tradição de relações internacionais com a maioria dos países.

117. (CESPE – BNB 2018) No encontro entre os líderes citados no texto, o presidente sul-coreano manifestou o seu apoio à criação de uma usina de energia nuclear na Coreia do Norte

A Coreia do Norte continua desenvolvendo programas nucleares e de mísseis, apesar do compromisso assumido, em junho, com os Estados Unidos da América (EUA). A conclusão está em um relatório confidencial das Nações Unidas que foi revelado pela imprensa norte-americana.

O estudo mostra ainda que os norte-coreanos estão violando as sanções econômicas internacionais impostas ao país.

O documento, de 62 páginas, foi elaborado por analistas independentes que apresentam seus resultados a cada seis meses ao Comitê de sanções à Coreia do Norte, do Conselho de Segurança da ONU.

Coreia do Norte continua desenvolvendo programa nuclear, diz ONU. Internet: (com adaptações).

Considerando o texto precedente, publicado em agosto de 2018, e os assuntos a ele correlatos, julgue os itens seguintes.

118. (CESPE – MPE-PI 2018) Coreia do Norte e Coreia do Sul anunciaram que irão celebrar um tratado de paz ainda em 2018, para dar fim ao estado de guerra ainda vigente entre esses países.

119. (CESPE – MPE-PI 2018) A Coreia do Norte produz armas atômicas, mas não possui mísseis balísticos capazes de lançá-las.

120. (CESPE – MPE-PI 2018) A Coreia do Norte nunca aderiu ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), o que lhe permitiu desenvolver livremente sua tecnologia nuclear.

DIREITO CONSTITUCIONAL

À luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

121. (CESPE – PGE-PE 2019) A cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa encontram-se entre os fundamentos da República Federativa do Brasil.

Acerca do conceito de Constituição, dos princípios e dos direitos fundamentais, bem como das disposições sobre os servidores públicos na Constituição Federal de 1988, julgue o item que segue.

122. (CESPE – FUB 2018) Constituição é a lei maior do ordenamento jurídico de um país e os seus dispositivos, por servirem de fundamento para o conteúdo das normas infraconstitucionais, devem ser imutáveis.

Acerca de classificação constitucional, de princípios, direitos e garantias fundamentais e de servidores públicos, julgue o seguinte item.

123. (CESPE – FUB 2018) Por conter, de forma sucinta, normas que tratam dos mais diversos temas de interesse da sociedade, a Constituição Federal de 1988 é classificada como sintética.

Julgue os itens seguintes, acerca da supremacia da Constituição e da aplicabilidade das normas constitucionais.

124. (CESPE – MPE-PI 2018) Decorre da noção de supremacia da Constituição o pressuposto da superioridade hierárquica constitucional sobre as demais leis do país, ressalvados os tratados.

125. CESPE – MPE-PI 2018) A eficácia de uma norma constitucional pode ser considerada não só do ponto de vista jurídico, mas também do social, ocorrendo essa eficácia social a partir do respeito à legislação pela população.

Acerca do direito de propriedade, julgue o item a seguir à luz das disposições da CF.

126. (CESPE – MPE-PI 2018) Eventual proposta de emenda constitucional tendente a abolir o direito de propriedade não poderá ser objeto de deliberação pelo Congresso Nacional.

De acordo com as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF) sobre princípios, direitos e garantias

fundamentais, julgue o seguinte item.

127. (CESPE – MPE-PI 2018) A defesa da paz e a solução pacífica de conflitos são fundamentos da República Federativa do Brasil.

No que diz respeito aos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o próximo item.

128. (CESPE – IPHAN 2018) São princípios da República Federativa do Brasil, dentre outros, a defesa da paz, da igualdade entre estados e da prevalência dos direitos humanos.

129. (CESPE – IPHAN 2018) No Brasil, as proibições constitucionais de tortura e tratamento desumano decorrem do fundamento da dignidade da pessoa humana.

A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro e da administração pública, julgue os itens seguintes.

130. (CESPE – MPU 2018) Caso não exista lei federal que disponha normas gerais relativas a tecnologia, os estados poderão exercer a competência legislativa plena, necessária ao atendimento de suas peculiaridades.

131. (CESPE – MPU 2018) Legislar sobre a responsabilidade por dano ao meio ambiente compete concorrentemente à União, aos estados e ao Distrito Federal.

132. (CESPE – MPU 2018) Será compartilhado o domínio de rio que banhe mais de um estado-membro, pertencendo a cada um deles a parte que adentrar o seu território.



Acerca de ética e trabalho, julgue o item subsequente.

133. (CESPE – CNJ 2013) A Constituição Federal de 1988 fixou os princípios da administração pública e impôs, explicitamente, a todos os servidores públicos um conjunto de normas morais que inclui o comportamento ético inclusive fora do cargo.

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988, ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

Acerca da aplicação dessa garantia constitucional, bem como do contraditório e da ampla defesa, julgue o item a seguir.

134. (CESPE – FUB 2018) Servidor público estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo disciplinar, no qual lhe devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Acerca do conceito de Constituição, dos princípios e dos direitos fundamentais, bem como das disposições sobre os servidores públicos na Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue.

135. (CESPE – FUB 2018) Os requisitos de idade e de tempo de contribuição para fins de aposentadoria serão reduzidos em cinco anos no caso de professor da rede pública de ensino que tenha exercido, ainda que parcialmente, a função de magistério.

São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Essa independência, todavia, não é absoluta porque há institutos de ingerência mútua, como é o caso das medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo, do controle orçamentário realizado pelo Poder Legislativo e da apreciação de ações diretas de inconstitucionalidade por omissão, entre outras, pelo Poder Judiciário.

A respeito desse assunto, julgue o item subsequente.

136. (CESPE – MPE-PI 2018) Ao ser estabelecido, no texto constitucional, que os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si, assimilaram-se ao ordenamento jurídico brasileiro as teorias da separação de poderes e de freios e contrapesos, desenvolvidas por Maquiavel, na obra O Príncipe.

A respeito do poder constituinte, do controle de constitucionalidade e da organização dos poderes, julgue o item que se segue.

137. (CESPE – STJ 2018) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, o princípio da simetria na organização dos poderes autoriza que um estado da Federação condicione a instauração de ação penal contra o seu

governador à prévia autorização da respectiva assembleia legislativa.

A respeito dos princípios fundamentais e dos direitos e deveres individuais e coletivos, julgue o item a seguir.

138. (CESPE – TCE-PE 2017) A regra da separação dos poderes impede que os requisitos de relevância e urgência, necessários à edição de medidas provisórias pelo presidente da República, sejam submetidos ao crivo do Poder Judiciário.

A respeito dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e das funções essenciais à justiça, julgue o item subsequente.

139. (CESPE – MPU 2018) Apesar de ser uma garantia assegurada aos membros do Ministério Público, a inamovibilidade poderá ser afastada por razões de interesse público, mediante decisão fundamentada do chefe da instituição.

No que se refere aos cargos de procurador-geral e procurador-geral da República e aos membros do Ministério Público, julgue o item que se segue.

140. (CESPE – MPU 2018) O governador de estado nomeia o procurador-geral do Ministério Público do estado com base em lista tríplice composta por integrantes de carreira, sem necessidade de ato de autorização da respectiva assembleia legislativa.

No que concerne aos membros da Defensoria Pública, julgue o item subsequente.

141. (CESPE – MPU 2018) Aos advogados públicos serão concedidos vencimentos fixos, acrescidos ou não de gratificação.

São poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Essa independência, todavia, não é absoluta porque há institutos de ingerência mútua, como é o caso das medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo, do controle orçamentário realizado pelo Poder Legislativo e da apreciação de ações diretas de inconstitucionalidade por omissão, entre outras, pelo Poder Judiciário.

A respeito desse assunto, julgue o item subsequente.

142. (CESPE – MPE-PI 2018) O controle da inconstitucionalidade por omissão pode ocorrer por meio do mandado de injunção ou da ação direta de inconstitucionalidade por omissão, a qual pode ser proposta por ministério público estadual, que é constitucionalmente um dos legitimados ativos.

A respeito dos direitos fundamentais e do controle de constitucionalidade, julgue os itens que se seguem.

143. (CESPE – Polícia Federal 2018) Dada a concretude regulamentar de decreto do Poder Executivo que verse sobre a liberdade de reunião em manifestação pública, sua suspensão não pode ser pleiteada mediante ação direta de inconstitucionalidade.

144. (CESPE – Polícia Federal 2018) Regulamento que disponha sobre o licenciamento ambiental de cemitérios tem caráter autônomo e abstrato, razão por que o STF admite ação direta de inconstitucionalidade contra esse tipo de norma.

No tocante às técnicas de decisão em sede de controle abstrato, julgue o item que se segue.

145. (CESPE – PGM – Manaus - AM 2018) Se a inconstitucionalidade de uma norma atinge outra, tem-se a denominada inconstitucionalidade consequencial ou por arrastamento.

À luz da Constituição Federal de 1988, julgue os itens que se seguem, a respeito de direitos e garantias fundamentais e da defesa do Estado e das instituições democráticas.

146. (CESPE – PRF 2019) A segurança viária compreende a educação, a engenharia e a fiscalização de trânsito, vetores que asseguram ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente.

147. (CESPE – PRF 2019) A competência da PRF, instituição permanente, organizada e mantida pela União, inclui o patrulhamento ostensivo das rodovias e das ferrovias federais.

Conforme disposições constitucionais a respeito da organização da segurança pública, julgue o item a seguir.

148. (CESPE – PC-SE 2017) O poder constituinte originário, ao tratar da segurança pública no ordenamento constitucional vigente, fez menção expressa à segurança viária, atividade exercida para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e de seu patrimônio nas vias públicas.

A respeito dos direitos de ordem social, julgue os itens que seguem.

149. (CESPE – Polícia Federal 2018) Um dos fundamentos da seguridade social é a igualdade na forma de participação de todos que a financiam no seu custeio.

150. (CESPE – Polícia Federal 2018) A assistência social, ao contrário da previdência social, é prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Quanto às transformações contemporâneas do direito administrativo, julgue o item subsequente.

151. (CESPE – PGM – Manaus - AM 2018) Um dos aspectos da constitucionalização do direito administrativo se refere à releitura dos seus institutos a partir dos princípios constitucionais.
Julgue o item que se segue, a respeito de aspectos diversos relacionados ao direito administrativo.

152. (CESPE – ABIN 2018) De forma indireta, no direito administrativo, as fontes inorganizadas influem na produção do direito positivo, apesar de as atividades opinativas e interpretativas serem consideradas fontes que influem nessa produção.

À luz da Lei n.º 8.112/1990, da Lei n.º 12.527/2011 e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item subsecutivo.



153. (CESPE – IPHAN 2018) Em regra, a publicidade do ato administrativo constitui requisito de eficácia e moralidade; por isso, a sua omissão enseja comprometimento ético contra o bem comum, imputável a quem a negar.

Acerca dos princípios fundamentais que regem a administração pública federal, julgue o item a seguir.

154. (CESPE – FUB 2018) O princípio da delegação de competência objetiva assegurar maior rapidez e objetividade às decisões, sendo a delegação de caráter facultativo e permanente.

Acerca da organização da administração pública brasileira, julgue o item subsequente.

155. (CESPE – Polícia Federal 2018) Sob a perspectiva do critério formal adotado pelo Brasil, somente é administração pública aquilo determinado como tal pelo ordenamento jurídico brasileiro, independentemente da atividade exercida. Assim, a administração pública é composta exclusivamente pelos órgãos integrantes da administração direta e pelas entidades da administração indireta.

No tocante a atos administrativos, julgue o item a seguir.

156. (CESPE – PRF 2019) Tanto a inexistência da matéria de fato quanto a sua inadequação jurídica podem configurar o vício de motivo de um ato administrativo.

No que diz respeito à administração pública, julgue os itens a seguir.

157. (CESPE – FUB 2018) Ato administrativo constitui ato jurídico perfeito e, por essa razão, o seu questionamento judicial é vedado.

158. (CESPE – FUB 2018) Documento de entidade de direito privado cujo objetivo seja tornar pública decisão tomada pela entidade no exercício de delegação concedida por órgão da administração pública direta não caracteriza ato administrativo.

Acerca de poderes administrativos, julgue o item subsequente.

159. (CESPE – PGE-PE 2019) Configura abuso do poder regulamentar a edição de regulamento por chefe do Poder Executivo dispondo obrigações diversas das contidas em lei regulamentada, ainda que sejam obrigações derivadas.

No tocante aos poderes administrativos e à responsabilidade civil do Estado, julgue os próximos itens.

160. (CESPE – PRF 2019) O abuso de poder, que inclui o excesso de poder e o desvio de finalidade, não decorre de conduta omissiva de agente público.

161. (CESPE – PRF 2019) Constitui poder de polícia a atividade da administração pública ou de empresa privada ou concessionária com delegação para disciplinar ou limitar direito, interesse ou liberdade, de

modo a regular a prática de ato em razão do interesse público relativo à segurança.

Acerca de serviços públicos, julgue o item a seguir.

162. (CESPE – MPU 2018) A encampação é a denominação dada a uma forma de se extinguir a concessão para a prestação de serviço público e ocorre quando a concessão é extinta em decorrência de atuação culposa do concessionário.

Em relação ao modelo de parcerias público-privadas, julgue os próximos itens.

163. (CESPE – IPHAN 2018) A emissão de título de desempenho (*performance bond*) tem o objetivo de garantir a previsibilidade do fluxo financeiro dos projetos de concessão.

164. (CESPE – IPHAN 2018) Nas parcerias público-privadas, o governo delega a operação mercantil ao setor privado, mas mantém as atividades de planejamento, monitoramento e regulação.

A administração pública promoveu a desapropriação de dois imóveis. No primeiro, o ato expropriatório previa a construção de uma escola. No entanto, após três anos, construiu-se no local um abrigo para moradores de rua. Quanto ao segundo, que já contava com edificação, a previsão era de que o imóvel fosse aproveitado para servir de unidade de saúde pública, porém, nada foi feito e a edificação permaneceu fechada.

Com referência a essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

165. (CESPE – EBSERH 2018) Na situação relacionada ao segundo imóvel, o particular que teve seu bem desapropriado poderá pleitear somente revisão do valor da indenização.

Tendo como referência a jurisprudência dos tribunais superiores relativa a desapropriação, improbidade administrativa e processo administrativo, julgue o seguinte item.

166. (CESPE – STJ 2018) Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o ente público desapropriante responderá pelos tributos incidentes sobre o imóvel desapropriado, mesmo que o período de ocorrência do fato gerador seja anterior ao ato de aquisição originária da propriedade.

Acerca de delegação de serviço público, formalização de contrato administrativo e proteção ao patrimônio histórico e artístico, julgue o item subsequente, tendo como referência a legislação vigente acerca dessas matérias.

167. (CESPE – TRF - 1º REGIÃO 2018) Para se construir na vizinhança de bem público tombado pelo patrimônio histórico, se a obra for reduzir a visibilidade do bem tombado, será necessária a prévia autorização do órgão público competente.

As empresas A, B e C participaram de processo licitatório no qual se buscava a contratação de empresa para executar obra em autarquia de determinado município. Findo o processo de licitação, de acordo com o procedimento previsto em lei, a empresa A, por ter apresentado proposta mais vantajosa para a administração, foi contratada para realizar integralmente a obra, de maneira que todas as etapas, serviços e instalações necessárias ficaram sob sua responsabilidade, até a entrega final da obra em condições de entrada em operação.

168. (CESPE – FUB 2018) Nessa situação hipotética, de acordo com as disposições da Lei n.º 8.666/1993 — Lei de Licitações e Contratos —, a empresa A foi contratada para realizar a obra pelo regime de empreitada integral.

No que se refere ao controle da administração pública, julgue o item seguinte.

169. (CESPE – MPU 2018) Contrato de direito privado firmado em igualdade de condições pela administração pública com particular não pode ser anulado unilateralmente.

Uma empresa construtora, contratada mediante regular processo licitatório pela administração pública para construir uma edificação, recebeu ordem de serviço para iniciar, no local, a instalação do canteiro de obras em quinze dias, conforme previsto no edital de licitação. Entretanto, findo o prazo estipulado, a empresa não havia iniciado a execução das atividades no local, sob as alegações de que a fiscalização não havia providenciado as ligações provisórias de água e energia elétrica nem havia analisado e aprovado o cronograma executivo detalhado dos serviços.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o item subsequente de acordo com as normas pertinentes.

170. (CESPE – MPE-PI 2018) Se, na situação dada, o atraso para o início da obra caracterizar-se como injustificado, tal fato, do ponto de vista legal, será

considerado motivo suficiente para a rescisão do contrato pertinente.

Julgue o item subsequente, relativo a controle da administração pública, regime jurídico administrativo, processo administrativo federal e improbidade administrativa.

171. (CESPE – MPE-PI 2018) A autotutela assegura que a administração pública reveja seus atos quando ela os entender como ilegais, inoportunos ou inconvenientes.

A administração pública, além de estar sujeita ao controle dos Poderes Legislativo e Judiciário, exerce controle sobre seus próprios atos. Tendo como referência inicial essas informações, julgue o item a seguir, acerca do controle da administração pública.

172. (CESPE – Polícia Federal 2018) O Poder Judiciário tem competência para apreciar o mérito dos atos discricionários exarados pela administração pública, devendo, no entanto, restringir-se à análise da legalidade desses atos.



Julgue o seguinte item, relativos ao controle da administração pública.

173. (CESPE – Polícia Federal 2018) A fiscalização contábil, orçamentária, operacional e patrimonial da administração pública federal sob os aspectos de legalidade, legitimidade e economicidade integra o controle externo exercido pelo Poder Legislativo Federal com o auxílio do TCU.

À luz da Lei n.º 8.112/1990, da Lei n.º 12.527/2011 e do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue o item subsecutivo.

174. (CESPE – IPHAN 2018) Servidor ocupante de cargo em comissão não poderá ser nomeado para outro cargo de confiança, nem mesmo interinamente.

Em 2015, Sara era servidora pública estável de determinado órgão. No ano seguinte, ela foi aprovada em concurso público para cargo de provimento efetivo de outro órgão público, nomeada e empossada nesse último cargo, tendo iniciado efetivamente o exercício de suas funções nesse mesmo ano. Em 2018, Sara foi reprovada em avaliação de desempenho e, consequentemente, no estágio probatório.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir à luz das disposições do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.

175. (CESPE – FUB 2018) Enquanto estava em estágio probatório no segundo órgão no qual trabalhou, Sara não poderia exercer funções de chefia, direção ou assessoramento.

176. (CESPE – FUB 2018) Para ser investida em cargo público, Sara teve de preencher os seguintes requisitos básicos: ter nacionalidade brasileira, gozar de direitos políticos e estar quite com suas obrigações eleitorais, além de ter nível de escolaridade exigido para o cargo, idade mínima de dezoito anos e aptidão física e mental.

Acerca das modalidades de exploração dos portos, das instalações portuárias brasileiras e de aspectos relacionados a esses assuntos, julgue os itens a seguir.

177. (CESPE – EMAP 2018) Os contratos de concessão e de arrendamento de bem público poderão ser celebrados por prazo de até trinta e cinco anos, prorrogável por igual período uma única vez.

178. (CESPE – EMAP 2018) A exploração de área e a infraestrutura pública em portos organizados deverão ser precedidas de licitação, a partir da qual serão celebrados contratos de concessão entre a administração portuária e a pessoa jurídica de direito privado vencedora do certame.

No tocante aos poderes administrativos e à responsabilidade civil do Estado, julgue o próximo item.

179. (CESPE – PRF 2019) A responsabilidade civil do Estado por ato comissivo é subjetiva e baseada na teoria do risco administrativo, devendo o particular, que foi a vítima, comprovar a culpa ou o dolo do agente público.

Acerca do conceito de Constituição, dos princípios e dos direitos fundamentais, bem como das disposições sobre os servidores públicos na Constituição Federal de 1988, julgue o item que se segue.

180. (CESPE – FUB 2018) Pessoa jurídica de direito público será responsabilizada por danos que seus agentes causarem a terceiros, desde que seja

comprovado o dolo ou a culpa de quem tiver causado o dano.

DIREITO CIVIL

A respeito do ato jurídico perfeito, julgue o item subsecutivo.

181. (CESPE – BNB 2018) O ato jurídico perfeito é aquele já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que tenha sido efetuado.
Três pessoas de uma mesma família registraram, no órgão competente, a intenção de doarem, após a morte, seus corpos para manipulação em aulas universitárias de anatomia. A intenção deles decorre do fato de terem ciência de que as instituições são carentes desse tipo de recurso.

A respeito dessa situação hipotética e considerando o disposto no artigo 14 do Código Civil — Lei n.º 10.406/2002 —, julgue os itens a seguir.

182. (CESPE – FUB 2018) Caso o objetivo da disposição do próprio corpo fosse auferir vantagem financeira em vida, o ato seria considerado inválido.
183. (CESPE – FUB 2018) Após o registro da intenção de doarem seus corpos, tal ato de disposição não poderá ser revogado.

A respeito de interpretação de lei, pessoas jurídicas e naturais, negócio jurídico, prescrição, adimplemento de obrigações e responsabilidade civil, julgue o item a seguir.

184. (CESPE – MPU 2018) Com a dissolução da pessoa jurídica, a personalidade desse ente não desaparece, mas subsiste até que a liquidação seja concluída.

Julgue o item seguinte, relativo à desconsideração da personalidade jurídica, à responsabilidade civil e à ausência.

185. (CESPE – EMAP 2018) **Situação hipotética:** João e José são sócios da empresa J&J Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda. — J&J —, sendo o primeiro sócio administrador. Afetados pela crise econômica que se instaurou no Brasil no ano de 2016, eles encerraram, de forma irregular, as atividades da pessoa jurídica e, em seguida, abriram a empresa C&M Eletrônica Ltda., em outro ponto da cidade, tendo sido integralizado o capital desta com os bens da empresa J&J. Os credores da empresa J&J são exclusivamente fornecedores. **Assertiva:** Nessa situação, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o encerramento, de forma irregular, das atividades da sociedade J&J é, por si só, causa para que os credores indiquem como caracterizada a desconsideração da personalidade jurídica, na forma do Código Civil.

Julgue o item a seguir acerca de direitos da personalidade, de registros públicos, de obrigações e de bens.

186. (CESPE – MPE-PI 2018) O uso comum dos bens públicos deve ser sempre gratuito; por isso, a cobrança de valores por sua utilização caracteriza violação ao interesse social.

Com relação à classificação da Constituição, à competência dos entes federativos, ao ato jurídico e à personalidade jurídica, julgue (C ou E) o item que se segue.

187. (CESPE – Instituto Rio Branco 2018) O ato jurídico em sentido estrito é ato voluntário que produz os efeitos já previamente estabelecidos pela norma jurídica, como, por exemplo, quando alguém transfere a residência com a intenção de se mudar, decorrendo da lei a consequente mudança do domicílio.

A respeito das regras dispostas no Código Civil quanto aos negócios jurídicos e aos contratos, julgue os itens a seguir.

188. (CESPE – ABIN 2018) **Situação hipotética:** Decidido a comprar automóvel ofertado por seu vizinho Pedro, João procurou-o para fechar negócio. Em virtude de comportamento malicioso, Pedro conseguiu fazer João pagar pelo bem quantia significativamente acima do valor de mercado. **Assertiva:** Nesse caso, o comprador tem direito à invalidação do negócio jurídico em razão da existência de dolo na conduta do vendedor.

189. (CESPE – ABIN 2018) A existência de encargo em negócio jurídico somente suspende a aquisição ou exercício do direito se for expressamente imposto como condição suspensiva pela disponente.
Acerca de ato e negócio jurídicos e de obrigações e contratos, julgue o item que se segue.

190. (CESPE – Prefeitura de Fortaleza - CE 2017) O ato jurídico em sentido estrito tem consectários previstos em lei e afasta, em regra, a autonomia de vontade.

A respeito de interpretação de lei, pessoas jurídicas e naturais, negócio jurídico, prescrição, adimplemento de

obrigações e responsabilidade civil, julgue o item a seguir.

191. (CESPE – MPU 2018) Se houver capacidade legal e manifestação expressa por escrito, será válida a renúncia prévia da prescrição.

Julgue o item a seguir, acerca de pessoa jurídica e desconsideração de sua personalidade, direitos da personalidade e prova do fato jurídico, de acordo com o disposto no Código Civil.

192. (CESPE – ABIN 2018) **Situação hipotética:** Em ação de investigação de paternidade foi demonstrado que o réu investigado, o qual se recusou a realizar o exame de DNA, manteve relacionamento íntimo com a mãe do autor. Diante da recusa do investigado, o magistrado considerou a referida conduta como suficiente para suprir a prova que se pretendia obter com o exame. **Assertiva:** Nessa situação, a decisão do magistrado foi equivocada, uma vez que o réu possui direito a não produzir prova que possa lhe prejudicar.

A respeito de interpretação de lei, pessoas jurídicas e naturais, negócio jurídico, prescrição, adimplemento de obrigações e responsabilidade civil, julgue o item a seguir.

193. (CESPE – MPU 2018) Para a imputação do pagamento, os débitos devem ser relativos a coisas fungíveis entre si e consistir em obrigações líquidas e vencidas.

À luz das disposições do direito civil pertinentes ao processo de integração das leis, aos negócios jurídicos, à prescrição e às obrigações e contratos, julgue o item a seguir.

194. (CESPE – PGM – Manaus - AM 2018) Se o devedor solidário de uma dívida divisível falecer e deixar três herdeiros legítimos, tais herdeiros, reunidos, serão considerados como um devedor solidário em relação aos demais devedores, mas cada um desses herdeiros somente será obrigado a pagar a cota que corresponder ao seu quinhão hereditário.

Considerando o que dispõe o Código Civil acerca de negócios jurídicos e contratos, julgue o item a seguir.

195. (CESPE – EBSERH 2018) Nos contratos onerosos, a responsabilidade do alienante pela evicção pode ser excluída por convenção das partes em cláusula expressa.

Acerca de atos unilaterais, responsabilidade civil e preferências e privilégios creditórios, julgue o item subsequente.

196. (CESPE – Prefeitura de Fortaleza - CE 2017) Na hipótese de enriquecimento sem causa, a restituição do valor incluirá atualização monetária, independentemente do ajuizamento de ação judicial.
Julgue o item que se segue, relativos a contratos, atos unilaterais, títulos de crédito e responsabilidade civil.

197. (CESPE – FUNPRESP-EXE 2016) Aquele que pagar a quem não seja o verdadeiro credor terá direito à restituição do indébito, independentemente da comprovação do erro.

A respeito de interpretação de lei, pessoas jurídicas e naturais, negócio jurídico, prescrição, adimplemento de obrigações e responsabilidade civil, julgue o item a seguir.

198. (CESPE – MPU 2018) **Situação hipotética:** Um indivíduo embriagado transportava em seu carro um passageiro, por simples cortesia, quando, por descuido, colidiu de frente com uma árvore às margens da pista. **Assertiva:** A embriaguez do motorista não atrai a responsabilidade pela reparação de eventuais danos materiais causados ao passageiro, posto que o transporte por simples cortesia é ato gratuito.
A respeito da propriedade, da posse e das preferências e privilégios creditórios, julgue o item subsequente.



199. (CESPE – PGM – Manaus - AM 2018) De acordo com o Código Civil, na hipótese de insolvência de devedor pessoa natural, o crédito referente a custas judiciais gozará de privilégio especial.

Julgue o item a seguir, considerando o entendimento legal e doutrinário acerca da figura jurídica do empresário e das pessoas jurídicas.

200. (CESPE – TRF – 1º REGIÃO 2018) As associações são consideradas pessoas jurídicas de direito privado e, por esse motivo, elas devem ser regularmente inscritas no registro de empresas.

Julgue os próximos itens, a respeito dos direitos reais, da posse, do direito de empresa e do Estatuto do Idoso.

201. (CESPE – AGU 2013) Intimado o credor hipotecário acerca da realização da praça, a arrematação produzirá o efeito de extinguir a hipoteca.

A respeito da propriedade, da posse e das preferências e privilégios creditórios, julgue o item subsequente.

202. (CESPE – PGM – Manaus – AM 2018) O ordenamento jurídico ora vigente admite a possibilidade de conversão da detenção em posse, a depender da modificação nas circunstâncias de fato que vinculem determinada pessoa à coisa.

No que se refere a penhor e hipoteca, julgue os itens subsequentes.

203. (CESPE – BNB 2018) A hipoteca é um direito real de garantia sobre bens imóveis; por isso, não se aplica a aeronaves e navios, que têm natureza móvel.

204. (CESPE – BNB 2018) Penhor é uma constrição judicial, em que um bem do devedor é apreendido para garantir a quitação de dívida objeto de ação judicial.

A respeito da propriedade, da posse e das preferências e privilégios creditórios, julgue o item subsequente.

205. (CESPE – PGM – Manaus – AM 2018) O ordenamento jurídico ora vigente admite a possibilidade de conversão da detenção em posse, a depender da modificação nas circunstâncias de fato que vinculem determinada pessoa à coisa.
Ainda com relação à tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, julgue o item subsecutivo.

206. (CESPE – MPE-PI 2018) Situação hipotética: Carlos, proprietário de um imóvel residencial, pretende instituir esse imóvel como bem de família por meio de escritura pública na qual irá declarar que sua família é domiciliada no local. **Assertiva**: Nessa situação, o imóvel ficará isento de eventuais execuções por dívida contra Carlos.

João, ao falecer, deixou Maria, sua esposa, com quem era casado sob o regime de comunhão parcial de bens, e dois filhos. Ao tempo do seu passamento, ele possuía alguns bens comuns com sua esposa e outros particulares.

Nessa situação hipotética, conforme a jurisprudência dos tribunais superiores,

207. (CESPE – STJ 2018) caso tenha sido beneficiada por testamento deixado por João, Maria perderá automaticamente o direito à legítima.

João, com mais de dezoito anos de idade, e seu irmão Pedro, com dezessete anos de idade, ambos residentes no Distrito Federal, em endereço conhecido, constituíram, neste local, um negócio informal e passaram a vender roupas, sem informar esse fato ao fisco, deixando de constar no cadastro fiscal. Após fiscalização, a administração tributária descobriu que a prática da atividade comercial durava mais de dois anos, sem nunca ter sido recolhido nenhum tributo. O fisco lavrou o correspondente auto de infração contra João e Pedro, para cobrar o tributo suprimido.

Ainda com referência à situação hipotética descrita, julgue os itens a seguir, acerca de ilícito tributário e de crimes contra a ordem tributária.

208. (CESPE – STF 2013) Se, antes do recebimento da denúncia, João ou Pedro efetuar o pagamento integral da dívida, ficará extinta a punibilidade do crime.

Com fundamento no Estatuto do Idoso e no ECA, julgue o item subsequente.

209. (CESPE – INSS 2016) O Poder Judiciário pode, de ofício, determinar medida de proteção ao idoso na hipótese de ação ou omissão estatal que viole direito que lhe seja reconhecido no Estatuto do Idoso.
O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) afirma que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. Acerca do direito à educação, o ECA assegura às crianças e aos adolescentes
210. (CESPE – EBSERH 2018) a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Com base nas normas que regem o processo civil, julgue o item seguinte, acerca da função jurisdicional; do Ministério Público; de nulidades processuais; e de sentença.

211. (CESPE – MPU 2018) Na cooperação jurídica internacional, poderá ser prestado auxílio direto caso a medida requerida não decorra diretamente de decisão

jurisdicional que, proferida por autoridade estrangeira, será submetida a juízo de delibação no Brasil.
Considerando as disposições do CPC pertinentes aos sujeitos do processo, julgue o item a seguir.

212. (CESPE – PGM – Manaus – AM 2018) O advogado poderá renunciar ao mandato a qualquer tempo, sendo indispensável a comunicação da renúncia ao mandante, ainda que a procuração tenha sido outorgada a vários advogados e a parte continue representada.
Considerando as disposições do CPC pertinentes aos sujeitos do processo, julgue o item a seguir.

213. (CESPE – PGM – Manaus – AM 2018) A falta de citação de litisconsorte necessário simples tornará a sentença de mérito inválida, mesmo para aqueles que participarem do feito, tendo em vista a nulidade do ato judicante.

Julgue o item seguinte, a respeito da intervenção de terceiros e do processo de execução.

214. (CESPE – MPE-PI 2018) Deverá ser decidido pelo relator do processo o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, modalidade de intervenção de terceiros cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução, quando for instaurado originariamente no tribunal.

Com base nas normas que regem o processo civil, julgue o item seguinte, acerca da função jurisdicional; do Ministério Público; de nulidades processuais; e de sentença.

215. (CESPE – MPU 2018) A existência de convenção de arbitragem acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito.

Túlio, cidadão idoso, natural de Aracaju – SE e domiciliado em São Paulo – SP, caminhava na calçada em frente a um edifício em sua cidade natal quando, da janela de um apartamento, caiu uma garrafa de refrigerante cheia, que lhe atingiu o ombro e provocou a fratura de sua clavícula e de seu braço. Em razão do incidente, Túlio permaneceu por dois meses com o membro imobilizado, o que impossibilitou seu retorno a São Paulo para trabalhar. Por essas razões, Túlio decidiu ajuizar ação de indenização por danos materiais. Apesar da tentativa, ele não descobriu de qual apartamento caiu ou foi lançada a garrafa.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

216. (CESPE – PC-SE 2018) Em relação à ação de dano por acidente proposta por Túlio, o foro de São Paulo tem competência absoluta em razão da pessoa, haja vista a condição de idoso de Túlio.

Julgue o próximo item, relativo ao dever e às responsabilidades dos sujeitos do processo.

217. (CESPE – STJ 2018) O dever de sanear o processo impõe ao juiz, sempre que perceber a existência de vício ou ausência sanável, determinar a correção do defeito.
Em razão de uma colisão de veículos, Roberta, motorista e proprietária de um dos veículos, firmou acordo para reparação de danos com Hugo e Eduardo, respectivamente, motorista e proprietário do outro veículo envolvido no acidente. No entanto, por ter sido descumprido o referido pacto, Roberta ajuizou ação em desfavor deles. Hugo apresentou a sua contestação no prazo legal, e Eduardo não realizou esse ato processual.



Considerando essa situação hipotética e as disposições do Código de Processo Civil, julgue os itens seguintes.

218. (CESPE – PGE-PE 2018) Apesar de não ter apresentado contestação, Eduardo poderá produzir provas em contraposição às alegações de Roberta, desde que se faça representar nos autos em tempo hábil para a prática dos atos processuais referentes a essa produção.

219. (CESPE – PGE-PE 2018) Se, na petição inicial apresentada por Roberta, faltarem provas indispensáveis à demonstração da verdade dos fatos por ela alegados, o juiz deverá indeferir imediatamente a inicial.

Acerca do procedimento comum, julgue o item que se segue.

220. (CESPE – STJ 2018) Contra a sentença que decidir somente uma parte do processo com fundamento na prescrição, caberá agravo de instrumento.

À luz das disposições do CPC relativas aos atos processuais, julgue o item subsequente.

221. (CESPE – PGM – Manaus – AM 2018) O princípio da adequação do procedimento admite a cumulação de pedidos iniciais procedimentalmente incompatíveis, desde que seja possível ajustá-los ao procedimento comum.

Em razão de uma colisão de veículos, Roberta, motorista e proprietária de um dos veículos, firmou acordo para reparação de danos com Hugo e Eduardo, respectivamente, motorista e proprietário do outro veículo envolvido no acidente. No entanto, por ter sido descumprido o referido pacto, Roberta ajuizou ação em desfavor deles. Hugo apresentou a sua contestação no prazo legal, e Eduardo não realizou esse ato processual.

Considerando essa situação hipotética e as disposições do Código de Processo Civil, julgue o item seguinte.

222. (CESPE – PGE-PE 2019) Por não ter apresentado contestação, Eduardo será considerado revel, estabelecendo-se a presunção de que todos os fatos alegados por Roberta são verdadeiros.

A respeito das regras do atual Código de Processo Civil acerca da resposta do réu, julgue o item que se segue.

223. (CESPE – EBSERH 2018) O réu que não contestar tempestivamente os fatos a ele imputados pelo autor na inicial será considerado revel e os referidos fatos serão presumidos verdadeiros, ainda que o litígio verse sobre direitos indisponíveis.

Com base nas normas que regem o processo civil, julgue o item seguinte, acerca da função jurisdicional; do Ministério Público; de nulidades processuais; e de sentença.

224. (CESPE – MPU 2018) A existência de convenção de arbitragem acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito.

Com relação ao acesso à justiça e aos princípios processuais, julgue o item subsecutivo.

225. (CESPE – TCE-PE 2017) Não viola o princípio do devido processo legal o juiz que, ao prolatar sentença em ação de alimentos, deixa de atender pedido de produção de provas e depoimento pessoal das partes.

À luz das disposições do CPC relativas aos atos processuais, julgue o item subsequente.

226. (CESPE – PGM – Manaus – AM 2018) O réu que não comparecer injustificadamente a audiência de conciliação ou mediação designada pelo juiz será considerado revel.

Em razão de uma colisão de veículos, Roberta, motorista e proprietária de um dos veículos, firmou acordo para reparação de danos com Hugo e Eduardo, respectivamente, motorista e proprietário do outro veículo envolvido no acidente. No entanto, por ter sido descumprido o referido pacto, Roberta ajuizou ação em desfavor deles. Hugo apresentou a sua contestação no prazo legal, e Eduardo não realizou esse ato processual.

Considerando essa situação hipotética e as disposições do Código de Processo Civil, julgue o item seguinte.

227. (CESPE – PGE-PE 2019) Caso algum dos pedidos de Roberta esteja em dissonância com entendimento firmado em súmula pelo Superior Tribunal de Justiça, o juiz deverá julgá-lo liminarmente improcedente.

A respeito de liquidação e cumprimento de sentença, da execução contra a fazenda pública e dos auxiliares da justiça, julgue o item a seguir, à luz do Código de Processo Civil.

228. (CESPE – PGE-PE 2019) Situação hipotética: Na fase de cumprimento de sentença que reconheceu a obrigação da fazenda pública de pagar quantia certa, o procurador responsável, com base na manifestação técnica da contadoria de seu órgão, embargou parcialmente os valores especificados no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito. Assertiva: Nessa situação, o credor deverá aguardar o final do processo para receber a quantia total objeto do cumprimento, inclusive a incontroversa, que será paga por intermédio de expedição de precatório ou requisição de pequeno valor.

Julgue o item a seguir, considerando as regras do atual Código de Processo Civil acerca das sentenças e dos recursos.

229. (CESPE – EBSERH 2018) A insuficiência no valor do preparo — que, em regra, constitui um dos requisitos de admissibilidade recursal — implica imediata deserção.

Julgue o item seguinte, a respeito da intervenção de terceiros e do processo de execução.

230. (CESPE – MPE-PI 2018) De acordo com o STF, em razão do regime constitucional fixado para a execução de quantia certa contra a fazenda pública, não devem incidir juros moratórios no intervalo de tempo

compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição ou do precatório.

Acerca de tutela provisória, cumprimento de sentença e processos nos tribunais, julgue o item a seguir.

231. (CESPE – PGE-AM 2016) A tutela provisória antecipada poderá ser concedida em caráter antecedente, liminarmente e incidentalmente a qualquer tempo, ao passo que a tutela provisória cautelar só poderá ser concedida em caráter antecedente.

Considerando o disposto na Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais e na Lei dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, julgue o item que se segue.

232. (CESPE – PGM – Manaus - AM 2018) As ações populares e as ações de divisão e demarcação de terras não são abarcadas pela competência dos juizados especiais da fazenda pública, ainda que haja o interesse dos estados e que o valor da causa não exceda sessenta salários mínimos.

A respeito de mandado de segurança, ação civil pública, ação de improbidade administrativa e reclamação constitucional, julgue o item que se segue.

233. (CESPE – MPU 2018) Ainda que vise garantir a observância de súmula vinculante, o trânsito em julgado de decisão obsta o manejo de reclamação constitucional pela parte prejudicada.

A respeito da jurisdição, julgue o item que se segue.

234. (CESPE – STJ 2018) O princípio do juiz natural, ao impedir que alguém seja processado ou sentenciado por outra que não a autoridade competente, visa coibir a criação de tribunais de exceção.

Em relação a coisa julgada, prova criminal e restituição de bens, medidas assecuratórias e cautelares no direito processual penal, julgue o item subsequente.

235. (CESPE – DPU 2015) No âmbito do juizado especial criminal, no intuito de comprovar a materialidade do crime, o exame de corpo de delito pode ser substituído por boletim médico ou prova equivalente.

A respeito de liquidação e cumprimento de sentença, da execução contra a fazenda pública e dos auxiliares da justiça, julgue os itens a seguir, à luz do Código de Processo Civil.

236. (CESPE – PGE-PE 2019) Situação hipotética: Na fase de cumprimento de sentença que reconheceu a obrigação da fazenda pública de pagar quantia certa, o procurador responsável, com base na manifestação técnica da contadoria de seu órgão, embargou parcialmente os valores especificados no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito. **Assertiva**: Nessa situação, o credor deverá aguardar o final do processo para receber a quantia total objeto do cumprimento, inclusive a incontroversa, que será paga por intermédio de expedição de precatório ou requisição de pequeno valor.

237. (CESPE – PGE-PE 2019) Situação hipotética: Procurador de determinado estado da Federação encaminhou ao setor de contadoria da procuradoria estadual onde trabalha processo judicial no qual a fazenda pública, por ele representada, é executada com fundamento em título extrajudicial, para elaboração de manifestação técnica quanto aos cálculos apresentados pela parte contrária. Para essa análise, o procurador responsável fixou prazo de até quarenta dias para a elaboração do parecer, por entender que, nessa hipótese e à luz do Código de Processo Civil, o prazo de resposta do ente público, de trinta dias, deveria ser contado em dobro. **Assertiva**: Nessa situação, caso a contadoria apresente o parecer no prazo indicado pelo procurador, sendo, na mesma data, protocolados os embargos à execução do ente público, parecer e embargos serão considerados intempestivos pelo juiz



238. (CESPE – PGE-PE 2019) O credor poderá promover imediatamente o cumprimento da sentença, dispensando a fase de liquidação, quando a apuração do valor a ser executado depender somente de cálculo aritmético.

No que diz respeito às normas processuais, à função jurisdicional, à petição inicial e ao tempo e lugar dos atos processuais, conforme o Novo Código de Processo Civil, julgue os itens que se seguem.

239. (CESPE – TCE-RN 2015) Com o objetivo de garantir valores fundamentais estabelecidos na Constituição

Federal de 1988, é vedado ao juiz conceder tutela provisória de urgência contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

240. (CESPE – TCE-RN 2015) Embora a lei preveja a realização de atos processuais em dias úteis, das 6 h às 20 h, a prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até as 24 h do último dia do prazo.

DIREITO PENAL

O art. 1.º do Código Penal brasileiro dispõe que "não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal".

Considerando esse dispositivo legal, bem como os princípios e as repercussões jurídicas dele decorrentes, julgue o item que se segue.

241. (CESPE – PRF 2019) O presidente da República, em caso de extrema relevância e urgência, pode editar medida provisória para agravar a pena de determinado crime, desde que a aplicação da pena agravada ocorra somente após a aprovação da medida pelo Congresso Nacional.

Acerca da aplicação da lei penal, dos princípios de direito penal e do arrependimento posterior, julgue o item a seguir.

242. (CESPE – TCE-RN 2015) Pelo princípio da irretroatividade da lei penal, não é possível a aplicação de lei posterior a fato anterior à edição desta. É exceção ao referido princípio a possibilidade de retroatividade da lei penal benéfica que atenue a pena ou torne atípico o fato, desde que não haja trânsito em julgado da sentença penal condenatória.

Tendo como referência a jurisprudência sumulada dos tribunais superiores, julgue os itens a seguir, acerca de crimes, penas, imputabilidade penal, aplicação da lei penal e institutos.

243. (CESPE – STJ 2018) Tratando-se de crimes permanentes, aplica-se a lei penal mais grave se esta tiver vigência antes da cessação da permanência.

244. (CESPE – STJ 2018) É possível a aplicação do princípio da insignificância nos crimes contra a administração pública, desde que o prejuízo seja em valor inferior a um salário mínimo.

Antônio, renomado cientista, ao desenvolver uma atividade habitual, em razão da pressa para entregar determinado produto, foi omisso ao não tomar todas as precauções no preparo de uma fase do procedimento laboratorial, o que acabou ocasionando dano à integridade física de uma pessoa.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o item a seguir.

245. (CESPE – TRF – 1º REGIÃO 2017) A omissão de Antônio é penalmente relevante porque foi esse comportamento que criou o risco de ocorrência do resultado danoso à integridade física.

Acerca do crime e da aplicação da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item que se segue.

246. (CESPE – TJ-DFT 2015) Sob o prisma formal, crime corresponde à concepção do direito acerca do delito, em uma visão legislativa do fenômeno; sob o prisma material, o conceito de crime é pré-jurídico, ou seja, é a concepção da sociedade a respeito do que pode e deve ser proibido.

Com relação à teoria do crime e culpabilidade penal, julgue o seguinte item.

247. (CESPE – TCE-RN 2015) Se a preparação de flagrante pela polícia impedir a consumação do crime, estará caracterizado crime impossível.

Com relação às infrações penais, julgue o próximo item.

248. (CESPE – TJ-DFT 2015) Em caso de descaminho, uma espécie de crime tributário, admite-se a suspensão condicional do processo. Esse crime difere do contrabando pela natureza da infração, sendo maior a pena prevista para o crime de contrabando.

Cada um do item a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da aplicação e da interpretação da lei penal, do concurso de pessoas e da culpabilidade.

249. (CESPE – MPU 2018) Joaquim, penalmente imputável, praticou, sob absoluta e irresistível coação física, crime de extrema gravidade e hediondez. Nessa situação, Joaquim não é passível de punição, porquanto a coação física, desde que absoluta, é causa excludente da culpabilidade.

Cada um do item a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito da aplicação e da interpretação da lei penal, do concurso de pessoas e da culpabilidade.

250. (CESPE – MPU 2018) João e Manoel, penalmente imputáveis, decidiram matar Francisco. Sem que um soubesse da intenção do outro, João e Manoel se posicionaram de tocaia e, concomitantemente, atiraram na direção da vítima, que veio a falecer em decorrência de um dos disparos. Não foi possível determinar de qual arma foi deflagrado o projétil que atingiu fatalmente Francisco. Nessa situação, João e Manoel responderão pelo crime de homicídio na forma tentada.

Em um clube social, Paula, maior e capaz, provocou e humilhou injustamente Carlos, também maior e capaz, na frente de amigos. Envergonhado e com muita raiva, Carlos foi à sua residência e, sem o consentimento de seu pai, pegou um revólver pertencente à corporação policial de que seu pai faz parte. Voltando ao clube depois de quarenta minutos, armado com o revólver, sob a influência de emoção extrema e na frente dos amigos, Carlos fez disparos da arma contra a cabeça de Paula, que faleceu no local antes mesmo de ser socorrida.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o próximo item.

251. (CESPE – PC-SE 2018) Na situação considerada, em que Paula foi vitimada por Carlos por motivação torpe, caso haja vínculo familiar entre eles, o reconhecimento das qualificadoras da motivação torpe e de feminicídio não caracterizará *bis in idem.*

Em cada item que se segue, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de aplicação de pena, cominação de penas, regime de penas, medidas de segurança e livramento condicional.

252. (CESPE – Polícia Federal 2018) Bruna, de vinte e quatro anos de idade, processada e julgada pela prática do crime de latrocínio, foi absolvida ao final do julgamento, por ter sido considerada inimputável, apesar de sua periculosidade. Nessa situação, mesmo tendo Bruna sido absolvida, o juiz pode impor-lhe medida de segurança.

Durante uma festa, após desentendimentos entre Carlos e Miro, este proferiu xingamentos racistas contra aquele, o que levou Carlos a empurrar seu agressor, que caiu em uma mesa de vidro. Com o forte impacto, a mesa se despedaçou completamente e seus cacos causaram cortes profundos por todo o corpo de Miro. Os convidados ligaram para a polícia e para o corpo de bombeiros: Carlos foi preso em flagrante e Miro foi encaminhado ao hospital, onde ficou internado por cinco dias, com risco de morte; passou por procedimentos cirúrgicos e, posteriormente, teve de ficar afastado de sua atividade laboral por trinta e dois dias. O Ministério Público denunciou Carlos por lesão corporal de natureza grave.

Nessa situação hipotética,

253. (CESPE – MPE-PI 2018) o crime praticado por Carlos é de ação penal pública condicionada à representação.

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores no que se refere a ação penal pública e privada, a crimes contra a fé pública e a crimes contra a ordem tributária, julgue o item seguinte.

254. (CESPE – MPE-PI 2018) A renúncia, o perdão e a perempção extinguem a punibilidade na ação penal privada e na ação pública condicionada a representação.

Em cada item seguinte, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de exclusão da culpabilidade, concurso de agentes, prescrição e crime contra o patrimônio.

255. (CESPE – Polícia Federal 2018) Júnior, maior e capaz, foi processado e julgado pelo crime de estelionato. Tendo verificado que Júnior tinha sido condenado pelo mesmo crime havia dois anos, o juiz aumentou a pena em um terço. Nessa situação, o aumento da pena não influirá no prazo da prescrição da pretensão punitiva.



É apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada em relação ao inquérito policial e suas peculiaridades, às atribuições da Polícia Federal e ao sistema probatório no processo penal brasileiro.

256. (CESPE – DPF 2013) Um homem penalmente capaz foi preso e autuado em flagrante pela prática de tráfico

ilícito de entorpecentes. Ao final do processo-crime, o juiz da causa determinou a juntada do laudo toxicológico definitivo, o que não ocorreu. Nessa situação, de acordo com a jurisprudência do STJ, não poderá o juiz proferir sentença condenatória valendo-se apenas do laudo preliminar da substância entorpecente.

Com base no disposto na Lei n.º 4.898/1965, que trata do abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

257. (CESPE – ABIN 2018) As sanções penais previstas para o delito de abuso de autoridade incluem multa e detenção e podem ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

Julgue o próximo item, acerca do Estatuto do Desarmamento (Lei n.º 10.826/2003), da Resolução Conjunta CNJ/CNMP n.º 4/2014 e do Código Internacional Q.

258. (CESPE – STJ 2015) O ato de montar ou desmontar uma arma de fogo, munição ou um acessório de uso restrito, sem autorização, no exercício de atividade comercial constitui crime de comércio ilegal de arma de fogo, com a pena aumentada pela metade.

Com referência ao Estatuto do Desarmamento, julgue o item subsecutivo.

259. (CESPE – MPU 2015) Se uma pessoa for flagrada portando um punhal que tenha mais de 12 cm e dois gumes, ela poderá responder pelo crime de porte ilegal de arma, previsto no Estatuto do Desarmamento.

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores no que se refere a ação penal pública e privada, a crimes contra a fé pública e a crimes contra a ordem tributária, julgue o item seguinte.

260. (CESPE – MPE-PI 2018) É indispensável o lançamento definitivo do tributo para a tipificação dos crimes materiais contra a ordem tributária.

Joana, condenada em 2005 por tráfico de drogas, na justiça federal, movimentou, em 2006 e 2007, por meio de transações bancárias eletrônicas, valores incompatíveis com sua atividade profissional e demais fontes de renda. Durante investigação, ficou comprovado que o dinheiro movimentado era proveniente do tráfico de drogas e que Joana ocultara e dissimulara a origem ilícita dos valores com o auxílio de seu irmão, dono de uma revenda de carros novos e usados. Demonstrou-se a materialidade da conduta ilícita a partir das informações fornecidas pela Receita Federal do Brasil e pelas instituições bancárias.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o próximo item com base na Lei n.º 9.613/1998, que trata dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

261. (CESPE – DEPEN 2015) O processo e julgamento dos crimes praticados por Joana são da competência da justiça estadual.

Acerca de aspectos da teoria geral dos direitos humanos, da sua afirmação histórica e da sua relação com a responsabilidade do Estado, julgue o próximo item.

262. (CESPE – PRF 2019) Apenas por atos de seus agentes o Estado pode ser responsabilizado por violação de direitos humanos reconhecidos na Convenção Americana de Direitos Humanos.

A respeito da prisão preventiva e com base no entendimento atual do STJ acerca dessa matéria, julgue os próximos itens.

263. (CESPE – STJ 2018) A possibilidade real de o acusado de prática de crime contra a mulher no âmbito doméstico e familiar cumprir ameaças de morte dirigidas a sua ex-esposa basta como fundamento para a sua segregação, sobretudo ante a disciplina protetiva da Lei Maria da Penha, que visa a proteção da saúde mental e física da mulher.

Em relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue os itens a seguir.

264. (CESPE – TJ-ES 2011) A redução da maioridade civil prevista na Lei n.º 10.406/2002 impede a aplicação de medida socioeducativa a pessoas com idade entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Com referência às disposições da legislação específica relativa aos idosos e às mulheres, julgue o item que se segue.

265. (CESPE – DPU 2016) A prioridade assegurada à pessoa idosa na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente se estende aos processos e procedimentos junto à Defensoria Pública da União, dos estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

Considerando que crime é fato típico, ilícito e culpável, julgue o item a seguir.

266. (CESPE – STJ 2018) O crime é dito impossível quando não há, em razão da ineficácia do meio empregado, violação, tampouco perigo de violação, do bem jurídico tutelado pelo tipo penal.
A respeito do direito penal, julgue o item a seguir.

267. (CESPE – TJ-DFT 2015) O erro de proibição pode ser direto — o autor erra sobre a existência ou os limites da proposição permissiva —, indireto — o erro do agente recai sobre o conteúdo proibitivo de uma norma penal — e mandamental — quando incide sobre o mandamento referente aos crimes omissivos, próprios ou impróprios.

Com relação às infrações penais, julgue o próximo item.

268. (CESPE – TJ-DFT 2015) Em caso de descaminho, uma espécie de crime tributário, admite-se a suspensão condicional do processo. Esse crime difere do contrabando pela natureza da infração, sendo maior a pena prevista para o crime de contrabando.

A respeito dos crimes hediondos, julgue o item que se segue.

269. (CESPE – TJ-DFT 2015) O crime de lesão corporal dolosa de natureza gravíssima é hediondo quando praticado contra cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo de até terceiro grau, de agente da Polícia Rodoviária Federal e integrante do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, em razão dessa condição.

Em relação à aplicação, à interpretação e à integração da lei penal, julgue o item seguinte.

270. (CESPE – TJ-DFT 2015) Em se tratando de direito penal, admite-se a analogia quando existir efetiva lacuna a ser preenchida e sua aplicação for favorável ao réu. Constitui exemplo de analogia a aplicação ao companheiro em união estável da regra que isenta de pena o cônjuge que subtrai bem pertencente ao outro cônjuge, na constância da sociedade conjugal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Acerca dos princípios gerais, das fontes e da interpretação da lei processual penal, bem como dos sistemas de processo penal, julgue o item que se segue.

271. (CESPE – ABIN 2018) A publicidade, a imparcialidade, o contraditório e a ampla defesa são características marcantes do sistema processual acusatório.

Acerca das provas, das sentenças e dos princípios do direito processual penal, julgue os itens a seguir.

272. (CESPE – PGE-BA 2014) Considere que Marina tenha sido processada por crime de furto supostamente cometido contra seu primo André e que, após a fase de produção de provas, o MP, convencido de sua inocência, tenha opinado por sua absolvição. Nessa situação hipotética, segundo o Código de Processo Penal, o juiz não poderá proferir sentença condenatória contra Marina.



Com relação à aplicação e à eficácia temporal da lei processual penal, julgue os itens subsequentes.

273. (CESPE – STJ 2018) O Código de Processo Penal será aplicado a todas as ações penais e correlatas que tiverem curso no território nacional, nelas inclusas as destinadas a apurar crime de responsabilidade cometido pelo presidente da República.

274. (CESPE – STJ 2018) Uma nova norma processual penal terá aplicação imediata somente aos fatos criminosos ocorridos após o início de sua vigência.

Em relação a inquérito policial, ação penal e competência, julgue o próximo item, de acordo com o entendimento da doutrina majoritária e dos tribunais superiores.

275. (CESPE – MPU 2018) É de seis meses o prazo para que o ministro da Justiça requeira a instauração de inquérito policial em crime de ação penal pública condicionada. Findo esse prazo, opera-se a decadência do direito de ação.

À luz do CPP e da jurisprudência do STJ, julgue o seguinte item, relativo à prisão, aos recursos, aos atos e aos princípios processuais penais.

276. (CESPE – Câmara dos Deputados 2014) O atraso na conclusão da ação penal pode ser justificado pelas

peculiaridades do caso concreto, à luz do princípio da razoabilidade, bem como por diversas causas justificantes da dilação da instrução penal reconhecidas pela jurisprudência, tais como a complexidade dos crimes envolvidos, das diligências necessárias à instrução, além da quantidade de réus ou de defensores distintos.

A respeito da prisão, dos processos de competência originária e da revisão criminal, julgue o item subsecutivo.

277. (CESPE – STJ 2018) Em se tratando de processos de competência originária do STF, é vedado ao ministro relator decretar a extinção da punibilidade por meio de decisão monocrática.

A respeito de ação penal, espécies e cominação de penas, julgue os itens a seguir.

278. (CESPE – PGE-PE 2019) Em se tratando de crimes sujeitos a ação penal pública condicionada, a representação do ofendido é irretratável depois de oferecida a denúncia.

279. (CESPE – PGE-PE 2019) Inquéritos policiais e ações penais em curso podem servir para agravar a pena-base do condenado a título de maus antecedentes e de personalidade desajustada ou voltada para a criminalidade.

Durante uma festa, após desentendimentos entre Carlos e Miro, este proferiu xingamentos racistas contra aquele, o que levou Carlos a empurrar seu agressor, que caiu em uma mesa de vidro. Com o forte impacto, a mesa se despedaçou completamente e seus cacos causaram cortes profundos por todo o corpo de Miro. Os convidados ligaram para a polícia e para o corpo de bombeiros: Carlos foi preso em flagrante e Miro foi encaminhado ao hospital, onde ficou internado por cinco dias, com risco de morte; passou por procedimentos cirúrgicos e, posteriormente, teve de ficar afastado de sua atividade laboral por trinta e dois dias. O Ministério Público denunciou Carlos por lesão corporal de natureza grave.

Nessa situação hipotética,

280. (CESPE – MPE-PI 2018) caso Carlos alegue que a vítima teria proferido xingamentos racistas, Miro precisará esperar o encerramento da ação penal, cuja sentença deverá ser condenatória, para, então, propor eventual ação civil indenizatória pelos gastos hospitalares, danos morais e eventuais demais prejuízos.

Em relação a inquérito policial, ação penal e competência, julgue o próximo item, de acordo com o entendimento da doutrina majoritária e dos tribunais superiores.

281. (CESPE – MPU 2018) Havendo a prática de contravenção penal contra bens e serviços da União em conexão probatória com crime de competência da justiça federal, opera-se a separação dos processos, cabendo à justiça estadual processar e julgar a contravenção penal.

Julgue o seguinte item, a respeito de suspeição e impedimento no âmbito do processo penal.

282. (CESPE – Polícia Federal 2018) O fato de não ser cabível a oposição de exceção de suspeição à autoridade policial na presidência do IP faz, por consequência, que não sejam cabíveis as hipóteses de suspeição em investigação criminal.

Com relação aos meios de prova e os procedimentos inerentes a sua colheita, no âmbito da investigação criminal, julgue o próximo item.

283. (CESPE – PRF 2019) A entrada forçada em determinado domicílio é lícita, mesmo sem mandado judicial e ainda que durante a noite, caso esteja ocorrendo, dentro da casa, situação de flagrante delito nas modalidades próprio, impróprio ou ficto.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em consonância com a doutrina majoritária e com o entendimento dos tribunais superiores acerca de provas no processo penal, prisão e liberdade provisória e *habeas corpus*.

284. (CESPE – MPU 2018) No curso de um processo criminal, antes do interrogatório, foi noticiada a morte do réu no momento da oitiva das testemunhas de defesa e de acusação. Nessa situação, para que seja declarada extinta a punibilidade, a morte do réu não poderá ser demonstrada com base apenas na prova testemunhal.

Tércio, servidor público federal em cargo de direção, foi denunciado pela prática de falsificação de documento público. O oficial de justiça não o localizou em sua residência, tendo citado o acusado em seu local do trabalho. Apesar de citado, Tércio não constituiu advogado e não apresentou defesa em juízo.

Nessa situação hipotética,

285. (CESPE – MPE-PI 2018) dada a ausência de nomeação de advogado por Tércio, o juiz poderá nomear defensor dativo, o qual terá direito a receber honorários advocatícios arbitrados pelo julgador.

Julgue o seguinte item, a respeito de suspeição e impedimento no âmbito do processo penal.

286. (CESPE – Polícia Federal 2018) As hipóteses de suspeição do juiz se referem a fatos e circunstâncias de origem externa ao processo e que poderão influenciar na decisão do órgão julgador.

Com relação aos meios de prova e os procedimentos inerentes a sua colheita, no âmbito da investigação criminal, julgue o próximo item.

287. (CESPE – PRF 2019) A entrada forçada em determinado domicílio é lícita, mesmo sem mandado judicial e ainda que durante a noite, caso esteja ocorrendo, dentro da casa, situação de flagrante delito nas modalidades próprio, impróprio ou ficto.

Em decorrência de um homicídio doloso praticado com o uso de arma de fogo, policiais rodoviários federais foram comunicados de que o autor do delito se evadira por rodovia federal em um veículo cuja placa e características foram informadas. O veículo foi abordado por policiais rodoviários federais em um ponto de bloqueio montado cerca de 200 km do local do delito e que os policiais acreditavam estar na rota de fuga do homicida. Dada voz de prisão ao condutor do veículo, foi apreendida arma de fogo que estava em sua posse e que, supostamente, tinha sido utilizada no crime.

Considerando essa situação hipotética, julgue o seguinte item.

288. (CESPE – PRF 2019) Durante o procedimento de lavratura do auto de prisão em flagrante pela autoridade policial competente, o policial rodoviário responsável pela prisão e condução do preso deverá ser ouvido logo após a oitiva das testemunhas e o interrogatório do preso.

Tércio, servidor público federal em cargo de direção, foi denunciado pela prática de falsificação de documento público. O oficial de justiça não o localizou em sua residência, tendo citado o acusado em seu local do trabalho. Apesar de citado, Tércio não constituiu advogado e não apresentou defesa em juízo.

Nessa situação hipotética,

289. (CESPE – MPE-PI 2018) inexiste qualquer razão para que o juiz determine a suspensão do processo e do prazo prescricional.



Com relação a nulidades no processo penal, a recursos em geral e a execução penal, julgue o item a seguir.

290. (CESPE – TRF – 1º REGIÃO 2017) Em nome do princípio da congruência, é possível atribuir-se, mesmo em grau recursal, definição jurídica diversa da descrição do fato contida na denúncia ou na queixa, não podendo, porém, ser agravada a pena quando somente o réu tiver apelado da sentença.

A polícia civil de determinado município deflagrou operação a fim de investigar a exploração ilícita de jogo do bicho, promovida pelos denominados banqueiros. Constatou-se que os chamados recolhedores usavam motocicletas para coletar apostas em municípios vizinhos. Identificadas as motocicletas usadas, o Ministério Público estadual requereu a busca e apreensão dos veículos, o que foi deferido pelo juízo competente. Intimado, Antônio, dono de uma das motocicletas e recolhedor de apostas, compareceu à delegacia, ocasião em que firmou compromisso de posterior comparecimento ao juízo criminal e entregou o veículo, após lavratura do competente termo circunstanciado. Na audiência preliminar, o representante do Ministério Público apresentou proposta de transação penal a Antônio: pagamento de dez cestas básicas a uma instituição de caridade. A proposta foi aceita e devidamente homologada pelo juízo. Comprovado o cumprimento da proposta, foi proferida sentença extintiva da punibilidade de Antônio. Na mesma sentença, o magistrado acolheu manifestação do Ministério Público e decretou o confisco da motocicleta de Antônio.

Com referência a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir, considerando os institutos inerentes à Lei n.º 9.099/1995 e o entendimento dos tribunais superiores acerca da matéria.

291. (CESPE – PC-SE 2018) A condenação penal de Antônio, em caso de eventual inviabilização da transação penal, dependeria da identificação dos denominados banqueiros que promoviam o jogo do bicho.

292. (CESPE – PC-SE 2018) A análise negativa das circunstâncias da prática do delito praticado poderia impedir o oferecimento do benefício da transação penal, ainda que preenchidos os requisitos objetivos para a sua concessão.

293. (CESPE – PC-SE 2018) Dada a extinção da punibilidade de Antônio, o juízo não poderia ter decretado o confisco da motocicleta apreendida.

Em relação aos prazos processuais, à comunicação dos respectivos atos e aos sujeitos da relação processual, julgue o item que se segue.

294. (CESPE – TJ-DFT 2015) As intimações do defensor dativo serão feitas pessoalmente, por mandado, ao passo que as intimações do defensor constituído far-se-ão por publicação no órgão incumbido da publicidade dos atos judiciais do respectivo juízo.

Julgue o item seguinte com base na Lei n.º 11.343/2006.

295. (CESPE – Polícia Federal 2013) Conforme entendimento pacificado do STJ, a eventual ilegalidade da prisão cautelar por excesso de prazo para conclusão da instrução criminal deve ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, sendo permitida ao juízo, em hipóteses excepcionais, a extrapolação dos prazos previstos na lei processual penal.

Considerando a jurisprudência dos tribunais superiores e a doutrina acerca dos procedimentos especiais e das nulidades no processo penal, julgue o item que se segue.

296. (CESPE – STJ 2018) A juntada tardia aos autos — após o interrogatório do réu — de transcrições integrais de interceptações telefônicas autorizadas judicialmente constitui causa de nulidade absoluta dos autos.

Com relação a nulidades no processo penal, a recursos em geral e a execução penal, julgue o item a seguir.

297. (CESPE – TRF – 1º REGIÃO 2017) Na hipótese de divergência entre o acusado e o seu advogado a respeito de interesse recursal manifestado, deve prevalecer o entendimento da defesa técnica, seja no sentido da desistência, seja no sentido da interposição do recurso.

Em cada um dos itens a seguir é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada em consonância com a doutrina majoritária e com o entendimento dos tribunais superiores acerca de provas no processo penal, prisão e liberdade provisória e *habeas corpus*.

298. (CESPE – MPU 2018) Um cidadão foi indiciado por supostamente ter praticado crime contra a administração pública. O próprio indiciado, que não possui formação universitária, impetrou *habeas corpus* por meio de carta manuscrita. Nessa situação, é incabível o *habeas corpus*, devido à falta de capacidade postulatória do impetrante.

Em cada item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base na legislação de regência e na jurisprudência dos tribunais superiores a respeito de execução penal, lei penal no tempo, concurso de crimes, crime impossível e arrependimento posterior.

299. (CESPE – Polícia Federal 2018) Diogo, condenado a sete anos e seis meses de reclusão pela prática de determinado crime, deve iniciar o cumprimento da pena no regime semiaberto. Todavia, na cidade onde se encontra, só há estabelecimento prisional adequado para a execução da pena em regime fechado. Nessa situação, o juiz poderá determinar que Diogo inicie o cumprimento da pena no regime fechado.

Em relação ao direito penal, julgue o item a seguir.

300. (CESPE – TCE-SC 2016) Em se tratando de crimes em que somente se procede mediante queixa, o perdão do ofendido obsta ao prosseguimento da ação. Entretanto, não extingue a punibilidade se ofertado após o trânsito em julgado da sentença condenatória. Além disso, concedido por um dos ofendidos, o perdão não prejudica o direito dos outros.

REGIME INTERNO TJDFT

Com relação às disposições do Regimento Interno (RI) do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), julgue os itens a seguir.

301. (CESPE – TJ-DFT 2015) Se um servidor da justiça do Distrito Federal (DF) cometer infração disciplinar cuja penalidade, após processo disciplinar, seja a demissão, a autoridade responsável para aplicá-la será o corregedor da justiça.

302. (CESPE – TJ-DFT 2015) Para que uma comissão permanente do TJDFT possa contar com apoio técnico especializado de servidores, é necessário que haja ato específico do presidente do tribunal.

303. (CESPE – TJ-DFT 2015) Nos processos de jurisdição voluntária, as decisões tomadas serão lavradas pelo relator em forma de acórdão, que será sempre precedido de ementa e do qual constarão os princípios jurídicos que orientaram a decisão.

304. (CESPE – TJ-DFT 2015) Caso um desembargador do TJDFT esteja em gozo de férias individuais, ele estará impedido de participar de sessão administrativa e de proferir decisão em processo, ainda que tenha lançado visto nele como revisor, antes das férias.

305. (CESPE – TJ-DFT 2015) O TJDFT funciona em sessões administrativas do Conselho Especial e do Conselho da Magistratura, reunindo-se este ordinariamente na penúltima sexta-feira de cada mês.

306. (CESPE – TJ-DFT 2015) Se um desembargador afastar-se por mais de trinta dias, um juiz de direito substituto, de segundo grau, será designado para substituí-lo. No período da substituição, o juiz exercerá as atividades jurisdicionais e administrativas na turma integrada pelo desembargador substituído.

307. (CESPE – TJ-DFT 2015) A distribuição dos processos de competência do TJDFT é realizada publicamente pelo sistema de computação eletrônica. Entretanto, caso a distribuição por esse meio esteja impossibilitada, ela poderá ser realizada mediante sorteio.

308. (CESPE – TJ-DFT 2015) Para que uma comissão permanente do TJDFT possa contar com apoio técnico especializado de servidores, é necessário que haja ato específico do presidente do tribunal.

309. (CESPE – TJ-DFT 2015) Nos processos de jurisdição voluntária, as decisões tomadas serão lavradas pelo relator em forma de acórdão, que será sempre precedido de ementa e do qual constarão os princípios jurídicos que orientaram a decisão.

310. (CESPE – TJ-DFT 2015) Se um desembargador afastar-se por mais de trinta dias, um juiz de direito substituto, de segundo grau, será designado para substituí-lo. No período da substituição, o juiz exercerá as atividades jurisdicionais e administrativas na turma integrada pelo desembargador substituído.

PROVIMENTO GERAL

Acerca das atribuições do oficial de justiça, julgue os itens a seguir, conforme o Provimento Geral da Corregedoria Aplicado aos Juízes e Ofícios Judiciais.

311. (CESPE – TJ-DFT 2015) Proferida sentença pelo juízo criminal, haverá a requisição do réu preso para que dela seja intimado e, caso queira recorrer, para que firme o termo respectivo, podendo, excepcionalmente, a intimação ser feita por intermédio de oficial de justiça.

312. (CESPE – TJ-DFT 2015) Os mandados serão cumpridos pelo oficial de justiça e devolvidos no prazo improrrogável de vinte dias, diretamente nas secretarias das varas, salvo prazo diverso previsto em lei ou fixado pelo juiz.



313. (CESPE – TJ-DFT 2015) Deverá ser expedida uma via adicional do mandado judicial que implique encaminhamento de bens ao depósito público, a fim de facilitar o controle pelo depositário.

314. (CESPE – TJ-DFT 2015) Além dos deveres inerentes ao servidor em geral, o diretor de secretaria é responsável por várias incumbências indelegáveis, como, por exemplo, expedir certidões referentes a atos ou termos de processos sob sua guarda e autenticar documentos.

315. (CESPE – TJ-DFT 2015) Caso a petição seja protocolizada pelo advogado em vara diversa daquela em que tramita o processo, deverá o servidor anular o registro do protocolo realizado e, imediatamente, encaminhar a petição à vara correta, onde receberá novo e definitivo protocolo.

316. (CESPE – TJ-DFT 2015) As quantias decorrentes de depósitos judiciais só poderão ser levantadas mediante alvará judicial, o qual deve ser expedido obrigatoriamente por sistema informatizado, assinado pelo juiz e rubricado pelo diretor de secretaria ou seu substituto.

317. (CESPE – TJ-DFT 2015) As varas criminais deverão registrar as condenações por improbidade administrativa, transitadas em julgado, no Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do Conselho Nacional de Justiça.

318. (CESPE – TJ-DFT 2015) A cor da capa dos autos varia conforme a competência da vara, assim como a natureza da ação, do procedimento processual ou do incidente; a colocação de fitas adesivas na capa também tem significados, como, por exemplo, o uso de tarja verde é estabelecido nos processos em que a tramitação prioritária do feito for deferida a idoso ou portador de doença grave.

De acordo com as disposições do Provimento Geral da Corregedoria aplicado aos juízes e ofícios judiciais, julgue os itens que se seguem.

319. (CESPE – TJ-DFT 2013) A coordenação geral dos juizados especiais cíveis e criminais será exercida por um desembargador designado pelo corregedor da justiça.

320. (CESPE – TCE-SC 2016) O advogado sem procuração nos autos não poderá obter cópias do processo em andamento, independentemente de os autos tramitarem sob sigilo ou segredo de justiça.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA

Acerca da organização judiciária do Distrito Federal e territórios, julgue os itens a seguir.

321. (CESPE – TJ-DFT 2015) Aqueles que são legitimados para propor ação direta de inconstitucionalidade podem também ajuizar ação declaratória de constitucionalidade.

322. (CESPE – TJ-DFT 2015) Além dos cartórios dos diversos juízos, também são ofícios judiciais os serviços de distribuição, de contadoria-partidoria e os depósitos públicos.

323. (CESPE – TJ-DFT 2015) O Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União é aplicável aos servidores do quadro do TJDFT.

324. (CESPE – TJ-DFT 2015) É atribuição do presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) a supervisão e o exercício do poder disciplinar em relação aos serviços forenses, sem prejuízo do que é deferido às autoridades de menor hierarquia.

325. (CESPE – TJ-DFT 2015) Ação de indenização por acidente de trabalho ajuizada por servidor contra o DF deverá ser processada e julgada por uma das varas de fazenda pública.

326. (CESPE – TJ-DFT 2015) Um quinto dos cargos de desembargador devem ser preenchidos por membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e por advogados em efetivo exercício da profissão.

327. (CESPE – TJ-DFT 2015) Caso receba indevidamente mandado de outro setor, o oficial de justiça deverá devolvê-lo dentro de vinte e quatro horas. Se não observar o prazo, ficará responsável pelo cumprimento integral do mandado.

328. (CESPE – TJ-DFT 2015) Cabe aos juízes de direito aplicar penalidades disciplinares a servidores que lhes sejam subordinados, desde que a pena não exceda a trinta dias de suspensão.

329. (CESPE – TJ-DFT 2015) O TJDFT tem competência originária para processar e julgar o governador e o vice-governador do DF em crimes comuns e de responsabilidade.

330. (CESPE – TJ-DFT 2015) Os andamentos processuais disponibilizados no sistema informatizado conterão informações sobre o termo inicial dos prazos, mas não sobre o termo final.